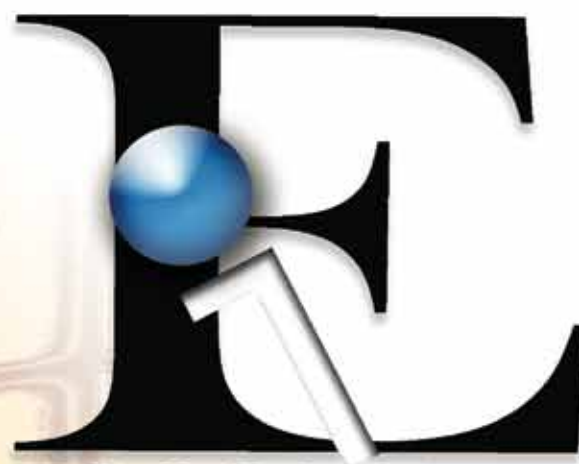




SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



ESCOLA **informação**

Nº 250 jan./fev. 2012, MENSAL, 0,50€

SEMPREGO · GESTÃO · ALT Temos que **ROMPER** o ciclo infernal que nos estão a desenhar ÇÕES CURRICULARES

Gestão e administração das Escolas

Dossier

LEITURAS



Catroga, Fernando

Ensaio Respublicano

FFMS, Lisboa, 2011

Para Fernando Catroga quando falamos em 'Estado' estamos a referir-nos à dimensão institucionalizada de um poder centralizado que se exprime através do monopólio legítimo da força e do direito exercido sobre um determinado território e que pressupõe a distinção entre governantes e governados. O aspeto central desta conceção é porventura o último, já que remete para a dimensão coativa do poder estatal, que, no caso do Estado de direito, se exerce através do 'império da lei' e da polícia que

garante a sua aplicação e os direitos individuais, mas esquece duas dimensões essenciais da cidadania: a participação política dos cidadãos e a procura do bem comum.

A ausência destas duas dimensões desperta a necessidade de uma reflexão sobre a "respublica", etimologicamente 'coisa do povo'. Este termo significa a ideia de uma comunidade política organizada em que a procura do bem comum se coloca acima dos interesses particulares exclusivos. Outra dimensão da 'respublica' é a dimensão da participação política: para os gregos a 'polis', ou seja, a comunidade política, contrapunha-se à 'oikos', a esfera 'privada' da família, constituindo a vida cívica a forma de vida mais elevada. No mesmo sentido, os romanos e, em particular Cícero, consideravam que "a indiferença e ação exclusivamente centrada no interesse de quem age não constituíam virtudes" (p. 43) e, por conseguinte, que "um homem virtuoso por excelência nunca seria o que se mantém "à margem de toda a atividade pública" (p. 44).

É certo que a 'liberdade dos antigos', como referia no século XIX o liberal Benjamin Constant, pressupunha a existência de escravos que trabalhavam para os cidadãos 'livres'. No entanto, ao contrário do que este pretendia demonstrar, a emergência da modernidade não pode ser entendida como a morte da dimensão cívico-política e do triunfo de um Estado separado da sociedade civil que se limita a garantir, através do império da lei, a coexistência das esferas privadas e as liberdades individuais.

É em Maquiavel que podemos encontrar as duas dimensões conflituantes

da modernidade política: a primeira concebe a política como uma técnica de conquista e gestão do poder e, por conseguinte, legítima desde logo a separação dos governantes dos governados; a segunda desenvolve a dimensão da respublica, entendida como um "vivere libero e civile" que se opõe ao fatalismo cego da fortuna e é alimentada pela 'virtù', entendida como o conjunto dos "comportamentos primordiais que visam criar o novo" (p. 66). Esta dimensão não é, porém, uma reprodução da 'liberdade dos antigos', já que o moderníssimo Maquiavel considera que a 'virtù' não consiste no unanimismo, mas resulta do equilíbrio das tensões e conflitos que existem no seio de uma república em que os cidadãos resistem à instauração de um poder suportado pela resignação e pelo fatalismo. Este livro de Fernando Catroga reveste uma enorme importância na atualidade do país. Quando alguns começam a contrapor o 'interesse do Estado' à vida cívica numa espécie de saudoso retorno a uma ordem salazarista sob novas formas e apelam à resignação dos cidadãos para se autoperpetuarem no poder, é tempo de invocar a 'virtù' maquiavélica, já que a 'fortuna' representa aquilo que "só será vencido quando esta consegue através da irrupção do novo, dar forma criativa à matéria-prima que aquela lhe oferece" (p. 67). ■

QUE A PAIXÃO DO FUTURO NOS AGARRE!

1. De entre os estados de espírito que me parece ser necessário combater salientaria a descrença (e a atitude de resignada indiferença que lhe está ligada), o medo e o ceticismo pirrónico quanto às nossas potencialidades para construir um futuro diferente para o nosso país.

2. Só uma racionalizada paixão permite fazer com eficácia o que nos propomos concretizar. Este princípio, assim o creio, é válido para todos os tipos de atividade: política, social, sindical, e também para a atividade pedagógica. O ambiente que percorre as nossas escolas, porém, não é colorido pelo vermelho da paixão, mas pelo cinzento carregado, fruto ainda da profunda agressão à classe e às escolas da responsabilidade do consulado de Lurdes Rodrigues, situação agravada pela profunda instabilidade profissional em que vive boa parte dos professores e educadores, muito particularmente os docentes na situação de contratados, pelos cortes nos vencimentos e, numa outra perspetiva, pela ausência de uma linha de rumo clara e democrática da atual equipa ministerial. Boa parte das medidas tomadas por Nuno Crato revelam total falta de rigor e de fundamentação, como se fossem medidas tomadas por impulsos, por visões empíricas ou esquemas preconcebidos que não “colam” com a realidade. A proposta de alteração curricular apresentada pelo MEC é um bom exemplo da superficialidade com que o MEC analisa as dificuldades atuais da nossa escola, como o evidenciaram os docentes nas reuniões que o SPGL promoveu em várias escolas durante o período de discussão pública da proposta. Mas também o modo incoerente como estão a ser tratados o Programa das Novas Oportunidades e os EFAS (Educação e Formação de Adultos) “deitando fora o menino com a água do banho”, como diz o adágio.

3. Dói escrever, quase 38 anos após o 25 de Abril, que o medo voltou a algumas das nossas escolas. O medo de não ser “reconduzido” quando se é contratado, o medo de ser escolhido, seja lá por que motivos, para “horário zero” se se pertence a um quadro, o medo de se discutir uma ordem do diretor, o medo de se afirmar publicamente o que se pensa. Não pretendo ser injusto: sei que muitos diretores mantêm as suas práticas democráticas, orientadas por princípios claros e justos; mas não posso ignorar as várias situações de pura arbitrariedade por parte de diretores que professores e educadores têm vindo denunciar ao sindicato. A reflexão sobre a gestão das escolas é imperiosa. A democracia, em todas as suas vertentes, será sempre uma fonte de melhoria e de progresso pedagógicos. Só para os diretores incompetentes é que a democracia é um obstáculo a uma boa liderança. Urge ganhar os docentes para esta batalha: o regresso da democracia a todas as escolas – é essa a proposta do dossier deste número do Escola-Informação. Um desafio sindical, sem dúvida, mas também um desafio pedagógico e de cidadania.

4. Desafios: eis o que temos de ter coragem de nos propor a cada um de nós e, coletivamente, à classe docente. Desafio no sentido de não aceitar como inevitável o empobrecimento da formação que a escola pública tem de possibilitar aos seus alunos, desafio de não aceitar que desqualifiquem o ato pedagógico e, portanto, os professores, desafio de denunciar a degradação salarial, desafio de lutar pela estabilidade profissional, desafio de romper com o medo lá onde ele se instalou, desafio de propor mudanças no modelo de gestão. Sobretudo o desafio de não cruzar os braços. A força de acreditar que é um possível um futuro diferente, uma escola diferente. Com políticas diferentes e com a nossa intervenção.

Que a paixão do futuro nos agarre! ■

Neste número:

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Gestão e administração das escolas

14 Cidadania

O futuro incerto da “primavera” árabe

16 Reportagem

A minha escola adota um museu

19 XII Congresso CGTP

25 Escola/Professores

25. Ensino Particular e Cooperativo e IPSS's

26. O que é que isto interessa às professoras?

27. Reformados e pensionistas protestam em Lisboa

28 Opinião

28. SPGL e sindicalismo docente

29. A importância do movimento no pré-escolar

30 Internacional

Conferência internacional sobre imigração

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Faltas justificadas



Leve o vídeo no bolso

O audiovisual tem uma presença de relevo na panóplia de recursos utilizados na sala de aula. Nenhum professor prescinde de um excerto de vídeo ou de áudio numa ocasião ou noutra. Estão disponíveis na Internet variadíssimas fontes mas, no caso do vídeo, concretamente, é incontornável o repositório imenso do conhecido “YouTube” – www.youtube.com.

No entanto, as condições existentes nas escolas ou os frequentes percalços com as redes nem sempre permitem um acesso expedito à internet para visualização da peça, razão por que é sensato tê-la disponível no disco do computador ou mesmo no bolso, numa “pen drive”.

Levanta-se então o problema da transferência desses ficheiros. O processo que passa, na maioria dos casos, pela instalação de apli-

cações específicas, quer dizer, acrescentar à imensidão de lixo com que diariamente se entulham os discos dos nossos computadores. Como se não bastassem já as fastidiosas “atualizações” diárias...

Foi pensando nos que dispensam lixo inútil no computador e surpresas desagradáveis na sala de aula que pensei partilhar este pequeno truque, que permite a transferência de ficheiros de vídeo do “YouTube”, sem instalação



de mais aplicações, através de um outro motor de busca de ficheiros multimédia (áudio e vídeo), em si mesmo bastante interessante, o www.voobys.com.

Como fazer? Antes de mais, acedemos à página do “YouTube”, selecionamos o vídeo pretendido e ordenamos a sua reprodução com um duplo clique. Nesse ponto, devemos, no endereço que se encontra na janela na parte superior, substituir [youtube] por [voobys].

Ao validar esse novo endereço abre-se uma página do Voobys onde, na parte superior esquerda, nos surgem um botão “Download”, bem como os formatos em que o ficheiro está disponível (identificados pelas extensões mp4, flv, avi, etc...).

Basta agora seleccionar a versão pretendida e descarregá-la. Teremos de lhe atribuir um nome, que tem de incluir a extensão correspondente ao formato de gravação, e seleccionar uma localização. É tudo, espero que seja útil.



As propostas da FENPROF têm uma matriz democrática



Entrevista com Manuela Mendonça

Dossier . PÁGINA 6

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº250 janeiro/fevereiro 2012

■ “O regresso da democracia a todas as escolas” é uma batalha essencial, como se refere no Editorial desta EI. Essa a questão aqui abordada, de diferentes perspetivas. Começando pelo pensamento e propostas da FENPROF e pela experiência das reuniões com o MEC. E incluindo diferentes olhares. Quer de quem está envolvido em direções de escola, quer de quem tem a experiência de trabalho em associações de pais. ■

As propostas da FENPROF têm uma matriz democrática

Entrevista com

Manuela Mendonça

Coordenadora do SPN, direção da FENPROF

No processo de revisão do atual modelo de autonomia, administração e gestão das escolas, que expectativas tem a FENPROF?

MM – Não será fácil que deste processo de revisão venham a resultar ganhos no sentido do que temos defendido: o reforço da democracia nas escolas. De resto, a reunião no MEC do passado dia 25 veio confirmar isso mesmo - pelo calendário apresentado e pelos princípios que nos foram entregues e que apontam para o prosseguimento de um caminho com o qual estamos em completo desacordo. Mas o facto de as expectativas serem negativas não deve desmobilizar-nos da contestação a um modelo que configura o regresso da filosofia do reitor e que tem levado à deterioração do clima de trabalho na escola pública.

Que calendário está previsto?

A apresentação de uma proposta pelo MEC até dia 10, o envio de

pareceres dos sindicatos até dia 17 e uma reunião a 29 de fevereiro para “uniformizar entendimentos”. É um calendário para o MEC cumprir a formalidade de ouvir os parceiros, sem criar condições para um debate alargado sobre o que está em causa, nem sequer para os professores e demais interessados poderem reunir, discutir as propostas e fazer chegar contributos. Não é possível fazer isto num espaço de tempo tão curto, de menos de um mês.

Que princípios orientadores apresentou o MEC?

São sete. À cabeça aparece o reforço da autonomia das escolas. Ficou por esclarecer que domínios de autonomia se pretende reforçar (pedagógico, administrativo, financeiro, de gestão de pessoal...), ficando no entanto claro que quaisquer que sejam esses poderes, eles serão transferidos para os diretores e não, como nós defendemos, para órgãos cole-

giais democraticamente legitimados. Por outras palavras, a aposta é na “autonomia do chefe”. Aliás, este cariz autoritário aparece associado a outro dos princípios orientadores, a “hierarquização no exercício de cargos”. A FENPROF deixou claro que se oporá a qualquer reforço do poder dos Diretores (que já considera excessivo), nomeadamente ao nível da gestão do pessoal, o que condicionaria ainda mais a autonomia profissional dos docentes.

Os outros princípios são a reestruturação da rede escolar, o alargamento dos contratos de autonomia, a integração dos instrumentos de gestão, a consolidação de uma cultura de avaliação e o reforço da abertura à comunidade.

Quais os pontos mais críticos?

Eu diria que são quase todos problemáticos, mas destaco desde logo o reforço da autonomia das escolas. Quando falamos de autonomia, falamos de quê? De

poder de decisão, de democracia, de participação? Ou falamos simplesmente da possibilidade de as escolas executarem de forma mais ou menos criativa decisões centrais? Ou estaremos a falar da desregulação do sistema público de ensino e da sua privatização? Não esqueçamos que temos hoje um Governo defensor de políticas de livre escolha, da competição entre as escolas, de testes standardizados, da publicação de rankings, etc.

Como muitos autores têm sublinhado, a autonomia das escolas não é uma questão técnica, é uma questão política. Mesmo em países com tradição de descentralização, as experiências autonómicas apresentam aspetos críticos e estão longe de reunir consenso. Daí ser importante estarmos atentos aos riscos e efeitos perversos associados ao desenvolvimento da autonomia em alguns países, onde esse processo tem levado ao reforço da seletividade social, ao controlo das escolas por grupos de interesses, à criação de escolas separadas para minorias étnicas e religiosas, a processos pouco democráticos na seleção do pessoal, etc.

E para além da questão da autonomia?

Outra questão importante é a reestruturação da rede escolar. A constituição de mega-agrupamentos é um exemplo de como a identidade e a história das escolas enquanto organizações educativas concretas nada valem para governos que valorizam mais a racionalização de meios e o controlo do que a qualidade educativa. Esta reestruturação da rede vem em contraciclo ao que vem sendo feito noutros países (por ex. EUA), onde as grandes escolas encerram para dar lugar a escolas mais pequenas, espaços mais humanizados, onde uma gestão de proximidade tem demonstrado representar uma mais-valia na promoção do sucesso educativo e no combate ao abandono escolar. Os mega-agrupamentos que estão a ser impostos no nosso país são

organizações pedagogicamente ingeríveis e vão prejudicar seriamente as escolas e os alunos.

Voltando à gestão das escolas. Que aspetos serão de valorizar mais na proposta da FENPROF?

As propostas da FENPROF, construídas ao longo de muitos anos com os professores, têm uma matriz democrática. Preveem a transferência de competências para o nível local e para a escola, e nestes para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária. Defendemos que é preciso consensualizar, a curto prazo, um regime alternativo ao atual, um regime que consagre o direito de as escolas optarem por um órgão de gestão colegial, um processo de eleição direta do órgão de gestão por um colégio eleitoral alargado, a redefinição das competências e composição do órgão de direção estratégica da escola, atualmente atribuídas ao Conselho Geral, e o reforço do papel e dos poderes do Conselho Pedagógico e das estruturas intermédias de gestão.

O primado do pedagógico é um princípio defendido pela FENPROF. De que forma é que este princípio choca com o DL 75/2008 e as propostas do MEC?

Nós não conhecemos ainda as propostas do MEC, mas para nós o DL 75/2008 contraria claramente esse primado. Desde logo pelo papel subalterno atribuído ao Conselho Pedagógico. É imprescindível o reforço das competências e a autonomia de funcionamento do Conselho Pedagógico. É a este Conselho, enquanto órgão de direção pedagógica da escola, que deve competir, por exemplo, definir o tipo e a composição das estruturas pedagógicas intermédias (é inaceitável que todas as escolas tenham que ter o mesmo número de departamentos curriculares), decidir sobre a organização dos espaços, tempos, agrupamentos de alunos e apoios educativos

e definir os critérios a que deve obedecer a distribuição de serviço.

Nós contestamos fortemente a designação, pelos Diretores, dos coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias. Hoje praticamente acabaram os processos eleitorais nas escolas - exceção feita à eleição, de 4 em 4 anos, dos representantes dos vários corpos para o Conselho Geral. Na Região Autónoma dos Açores as escolas continuam a ter Conselhos Executivos, coordenadores de departamento eleitos pelos seus pares e um Conselho Pedagógico com competências e funcionamento autónomo, respeitando o primado do pedagógico e científico sobre o administrativo, consagrado na LBSE. Esta é mais uma das razões para reafirmarmos a elegibilidade e a colegialidade como marcas distintivas da administração das escolas em Portugal e não aceitarmos estas nomeações.

A questão da democracia está no cerne das posições da FENPROF. Que consequências têm os modelos de gestão no funcionamento da escola e na própria promoção do espírito democrático e crítico entre as novas gerações?

Nós consideramos que têm um grande impacto. A Lei de Bases define como uma das finalidades do sistema educativo a formação de cidadãos críticos, civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária. Ora, o modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. O projeto educativo de uma escola não pode ser dissociado da sua organização interna e dos seus modos de funcionamento, que devem permitir vivenciar práticas que contribuam para o desenvolvimento de uma formação e cultura democráticas. Por isso temos dito que a democratização do governo da escola deve ser defendida fundamentalmente pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica. ■

A estocada final na gestão democrática das escolas

• António Nabarrete

| Vice-Presidente do SPGL | Membro do Secretariado Nacional da FENPROF |

Dossier

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS ESCOLAS

A política educativa do MEC de Nuno Crato “limita-se” à implementação de mecanismos simples destinados a abalar os alicerces da Escola Pública. É uma política educativa de “terra queimada”, sem qualquer fundamentação científica, ou sequer constatação empírica, que tem por objectivo tornar minimalista e assistencialista a educação em escolas públicas. No domínio da gestão mantém-se o mesmo fio condutor que presidiu à alteração do modelo de avaliação e à apresentação da proposta de revisão curricular: orientar os instrumentos educativos, sem qualquer esforço no plano do estudo e avaliação dos modelos em vigor, no sentido do imperativo ideológico neoliberal cuja agenda consiste em retirar a educação das funções essenciais do Estado.

A FENPROF participou, no passado dia 25 de Janeiro, numa reunião com o secretário de estado da Administração Educativa e o director-geral da DGRHE na qual o MEC informou que pretendia desenvolver um processo negociado sobre a revisão do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril (Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas). O director-geral da DEGRE, que presidirá à comissão negociadora, precisou que se trata na verdade de um processo de audição, o que trará, à partida, qualquer hipótese de negociação suplementar. O calendário definido para a negociação/audição é também esclarecedor da importância que este Ministério da Educação dá aos processos de negociação: até 10 de Fevereiro enviará aos sindicatos uma proposta de revisão do 75/2008, aceita contributos dos sindicatos até 17 de Fevereiro e fará uma reunião final com a FENPROF no dia 29 de Fevereiro.

O mais significativo de tudo isto, porém, são os princípios gerais que presidirão à revisão do normativo em causa. São sete e em termos substantivos couberam numa página A4, dentro de grandes bolas que permitiram assim preencher minimamente a referida página: reforço da autonomia das escolas, reestruturação da rede escolar, consolidação e alargamento da rede de escolas com contratos de autonomia, hierarquização no exercício de cargos, integração dos instrumentos de gestão, consolidação de uma cultura de avaliação e reforço da abertura à comunidade.

A FENPROF, que entregou ao MEC, no início da reunião, a sua posição relativamente à revisão do 75/2008 (posição essa que pode ser encontrada na sua página electrónica e nas páginas dos seus sindicatos), pediu esclarecimentos sobre a forma, e o conteúdo, que revestiriam as propostas de alteração do MEC ao modelo de gestão com base nos princípios enunciados. Para além de questões laterais ao modelo como a afirmação de que os mega-agrupamentos são para continuar, que irá existir um manual de apoio (para os directores) tendo em vista um uso mais eficiente da plataforma digital da central de compras, que haverá, de futuro, alguma possibilidade de correcção, no mês de Setembro, das necessidades previstas pelas escolas em Janeiro e que a avaliação dos directores tem os dias contados, avultam duas afirmações cujo conteúdo concreto não foi possível descortinar: o MEC pretende criar condições para que o primado do pedagógico se imponha ao administrativo e financeiro e que irá ser desenhado um conjunto de critérios de distribuição de serviço docente para o próximo ano lectivo.

Apesar da escassez de informação sobre a concretização das medidas, a natureza e conteúdo das intervenções dos representantes do MEC na reunião com a FENPROF faz temer o pior relativamente à proposta que

será enviada aos sindicatos no próximo dia 10 de Fevereiro: o reforço da autonomia das escolas mais não será que o reforço do poder dos directores; os contratos de autonomia o compromisso destes com metas eventualmente irrealistas; a integração dos instrumentos de gestão a centralização de toda a informação em plataformas digitais que permitam ao MEC o controlo absoluto do que se passa nas escolas. Se se olhar para o princípio que consagra a hierarquização no exercício de cargos é fácil perceber que a escola passará a ser aquilo a que o director se comprometer. Verticalização absoluta do poder, destruição do trabalho cooperativo e da responsabilidade partilhada e o fim de qualquer princípio verdadeiramente electivo e do trabalho colegial. Em resumo: contratualização de metas empresariais entre o MEC e os directores, avaliação externa dessa contratualização e recursos mínimos para uma instrução mínima. No meio disto tudo a proclamação de que haverá “o primado do pedagógico sobre o administrativo e financeiro” (uma repetição de asserções não fundamentadas como “o ensino moderno e exigente” que consta da proposta de revisão curricular?). Dia 10 de Fevereiro, quando conhecermos a proposta do MEC veremos como tudo isto se traduz em letra de forma.

A gestão das escolas diz respeito a toda a comunidade escolar e a todos os professores em particular. A concentração unipessoal de poderes e o esmagamento do princípio da governação democrática das escolas, que só por si constitui um valor intrínseco de cidadania, acabará por ter um impacto extremamente negativo na promoção de uma educação pública de qualidade e na defesa dos direitos sociais dos intervenientes no processo educativo. Não podemos permitir que tal aconteça!

*O autor não aplica as regras do novo acordo ortográfico



É urgente refletir sobre a nova realidade das escolas

• **Luísa Beato**

| Presidente do Conselho Executivo da Escola Sec. Emídio Navarro |

Sou professora há quase quarenta anos. Sou professora porque foi tudo o que sempre quis ser e voltaria a fazer tudo o que já fiz em termos de carreira se o tempo voltasse atrás e sabendo tudo o que sei hoje. Desempenhei já todos os cargos de coordenação pedagógica e tive em todas as décadas responsabilidades de gestão. Todas as vezes que constitui listas para a direção da Escola, fi-lo por gostar de desafios por imperativo de serviço coletivo, e por gostar de ensinar. Os que foram meus alunos sabem disso, os meus estagiários sabem disso os meus colegas sabem disso.

Não é possível falar da minha experiência enquanto Diretora sem recuar a 1974, quando os professores, na sequência do 25 de Abril, tomaram nas suas mãos a gestão das escolas. Equipas formadas por professores, alunos e funcionários,

eleitos democraticamente pelos seus pares geriram as escolas com alegria, determinação e o entusiasmo de quem acreditava firmemente que a escola pública era para todos, que todos tinham direito à educação e que essa educação não era determinada pela sua condição social. Fizemos a aprendizagem em exercício, sem formação nem experiência, estudando a catadupa de leis que nos inundavam, aprendendo a participar democraticamente na vida do dia a dia das escolas e criando oportunidades de participação a todos os intervenientes do processo educativo.

Muito mudou desde essa altura, os modelos de gestão foram sendo ajustados aos tempos, mas é justo que reconheçamos que foram os professores e as direções das escolas que, ao longo dos anos foram o garante do funcionamento das escolas públicas e da melhoria do trabalho pedagógico e da educação dos jovens deste país. Contra ven-

tos e mudanças, indefinições, falta de condições e de respostas para uma explosão escolar sem precedentes, no meio de “legislações” nem sempre coerentes entre si, com alterações muitas vezes em cima do início do ano letivo, sem apoios nem formação tantas e tantas vezes pedidas deram o melhor de si, sem esperar nada em troca a não ser o conforto do dever cumprido.

Os paradigmas da organização da sociedade têm vindo a mudar nas últimas décadas, exigindo às escolas e aos seus professores, para além dos seus conhecimentos específicos, um conjunto de competências e desempenhos anteriormente atribuídos apenas das famílias. Considera-se falha dos professores e das escolas tudo o que de menos bom acontece aos jovens e todos os males do sistema educativo.

A todos os que trabalham na escola é desgastante e revoltante a forma breve como se fala das escolas e do trabalho dos professores, do estado da educação e do ensino em Portu-

gal, nas conversas no centro comercial, à mesa do café, nos debates ou nas intervenções dos comentadores nos meios de comunicação social. Recuso o saudosismo da escola de outros tempos, diz-me a minha experiência de quase 40 anos de carreira, e do exercício de muitos anos dos diferentes cargos de direção, que temos vindo a ter melhores, mais bem preparados e mais dedicados professores. Temos melhores condições de aprendizagem, sabemos mais de educação.

“É fundamental restituir aos professores e à escola pública a confiança, a consideração e o valor social que, de facto, merecem”

Tenho, para mim, de que é fundamental restituir aos professores e à escola pública a confiança, a consideração e o valor social que, de facto, merecem e encarar sem bodes expiatórios as causas dos dados estatísticos que nos chegam às mãos e os problemas de insucesso e comportamentos desviantes que registamos. É imprescindível que as escolas e os professores sejam notícia frequente nos meios de comunicação pelo que de bom se faz, todos os dias e não apenas pelas situações pouco abonatórias, que não são a norma.

Estou firmemente convencida que os nossos jovens precisam que os seus adultos de referência, pais/ encarregados de educação e professores, não tenham medo de dizer sim e dizer não, que tenham confiança nas decisões que tomam, que não confundam compreensão e amor com exigência no cumprimento das regras e respeito pelos princípios que consideram serem fundamentais. Os jovens têm os seus amigos, têm os melhores amigos e precisam que pai e mãe, que professor e educador sejam isso mesmo e não pretendam tomar o seu lugar.

Não foi simples nem isenta de du-

ras lutas interiores a decisão de me candidatar ao cargo de Diretora. A prática da *Gestão Democrática*, a certeza de que os problemas da Escola atual não decorrem do tipo de gestão que tem estado em vigor e a relutância em propor-me trabalhar tendo como lei enquadradora um modelo de gestão unipessoal, constituíram-se como fortes condicionantes à decisão de avançar com uma candidatura. Acabei por fazê-lo por considerar que não devia nem podia alhear-me como pessoa interveniente que sempre fui e, fundamentalmente, por considerar que a defesa dos valores da Democracia é possível mesmo num modelo de gestão unipessoal, que é possível trabalhar em equipa, no respeito pelas competências individuais e respeitando a vontade coletiva.

Passado metade do mandato continuo a pensar da mesma maneira, continuo a pensar que é possível trabalhar em equipa, é possível partilhar o poder, é possível tomar em mãos os graus de liberdade que a lei permite. Os Coordenadores de Departamento, os Coordenadores de Disciplina são, por proposta minha e aceites por unanimidade pelo Conselho Geral da minha escola, nomeados com base na escolha dos seus pares.

Claro que esta realidade não retira as características unipessoais do poder, ideia fundamental do modelo atual de Gestão e Administração. O Diretor é o presidente de dois dos outros órgãos, a responsabilidade é ela igualmente unipessoal perante a lei, como já era, aliás, a do presidente do Conselho Diretivo no modelo anterior.

Este modelo está, por força dos despachos que o regulamenta, por força das regras para o lançamento do ano letivo e que o Estatuto da Carreira Docente não conseguiu resolver, ferido à partida de democracia, limitando mesmo o direito a ser-se eleito, mesmo nas situações que ele próprio consigna. Com que horas trabalha o Presidente do Conselho Geral ou um membro deste conselho, com que horas trabalha um Coordenador de Departamento ou um membro do Conselho Pedagógico, se não tiver redução do artigo 79º?

Mas muitos são as dificuldades e as limitações que se colocam quer na planificação do trabalho quer na

gestão diária da escola de hoje.

Os constrangimentos resultam de uma Autonomia que, quando aparentemente existe, se transforma muitas vezes numa casca de banana perigosa para quem tem que montar todo o puzzle no início de cada ano letivo. A realidade do dia a dia é dinâmica não se compadecendo com algumas determinações rígidas e inflexíveis que não têm em conta uma gestão de recursos humanos que uma direção deve conhecer para melhor os rentabilizar, tendo como fim último o sucesso dos alunos.

As dificuldades existem quando o Estatuto da Carreira Docente manteve o estabelecimento de um horário docente altamente complicado, com horas supervenientes que mais parecem o papel de “pintado de fresco” num banco pintado há anos e em que já ninguém se senta. Um Estatuto que permite considerar como atividade não letiva os apoios a alunos, nomeadamente aqueles que têm necessidades educativas especiais, como se esta atividade não exigisse uma preparação e uma avaliação sistemática.

Como, infelizmente, tem sido regra desde há muitos anos, não existem ou não são dadas a conhecer as avaliações e os estudos que implicaram a tomada de algumas decisões. Em opções determinantes no sistema educativo não tem havido qualquer fase experimental no terreno. As alterações na legislação são tão frequentes que, quando passou a fase de adaptação à mudança, quando se olearam os procedimentos que permitam a aplicação dos normativos em condições de otimização, as regras mudam e desprezam-se muitas horas de trabalho e reflexão, muitos documentos produzidos vão para o lixo e o processo recomeça, partindo-se do zero.

A Tutela encontrou uma mina de ouro para poupar dinheiro, a redução da componente não letiva (CNL) dos docentes. Parece que este recurso é inesgotável e é a solução para tudo. A CNL dá para tudo, para o exercício de todos os cargos, para todos os apoios, para o trabalho dos DT, para desenvolver projetos de complemento curricular, para..., para..., para... o nº de horas resultante da componente fundamental da CNL, a redução do artigo 79º tem vindo a reduzir-se



drasticamente, porque cada vez mais tarde os professores ganham o direito a uma redução da componente letiva e os mais velhos na escola vão saindo, com aposentações, muitas vezes determinada pelo medo de que o futuro traga piores condições que aquelas com que saem neste momento. Falo, na minha escola, de uma descida de mais de oitocentas horas em artigo 79º para trezentas e pouco em 4 anos. Mais uma vez os professores e educadores resolvem o problema, em muitas e muitas horas de trabalho voluntário, desenvolvendo projetos mesmo que saibam que a hora que lhes foi atribuída é apenas uma gota de água, é, enquanto Diretores de Turma, recebendo os encarregados de educação sempre que é preciso e o tempo que é preciso, sempre à mão 5 dias por semana. São os alunos que procuram o seu DT a qualquer hora para resolver um problema, são os outros colegas ou os funcionários que os procuram fazerem as suas queixas. O trabalho docente continua em casa, muito para além da preparação de aulas (trabalho nunca acabado), da correção de trabalhos e avaliação, são muito poucos os professores que

hoje, na minha escola e estou segura, na maioria delas o e-mail fica disponível permanentemente para que os alunos enviem trabalhos, perguntem, tirem dúvidas.

Uma escola não tem só professores e alunos, o seu pessoal não docente muito particularmente aqueles a que hoje se dá o nome de Assistentes Operacionais, mas a que eu continuo a chamar Auxiliares de Ação Educativa. São exatamente isso que eles são. Profissionais, em número cada vez menor (não há qualquer substituição de quem se reforma), sem carreira que não seja o passar dos anos com avaliação sujeita a cotas apertadíssimas coadjuvados por pessoas vindas do Centro de Emprego em projetos temporários ou pessoal contratado a horas. Felizmente “vestem a camisola” e dão o melhor de si.

Não posso terminar sem refletir um pouco sobre uma nova realidade colada às escolas intervencionadas pela Parque Escolar. Tenho que dizer que saúdo vivamente a recuperação do parque escolar. Apesar de considerar que há muito a melhorar, que foram cometidos alguns erros, que não se sente que tenha havido grande articulação entre a Parque

“A tutela encontrou uma mina de ouro para poupar dinheiro, a redução da componente não letiva (CNL) dos docentes.”

Escolar e as estruturas do Ministério da Educação, o projeto tem de continuar, avaliando, aproveitando a experiência, contando mais com quem viveu e ainda está vivendo no terreno esta experiência. Mas, as escolas mudaram de dono. Vivemos em casa alugada, pagamos renda e esta nova realidade não está refletida nas competências da direção da escola a nível da manutenção do edifício e dos equipamentos. Os centros de decisão a este nível estão muito longe. A comunidade educativa exige da direção da escola a resolução rápida de problemas e a escola só tem possibilidade para os sinalizar. É urgente refletir esta nova realidade das escolas. ■

Este modelo emerge de um contexto de desvalorização dos professores

• **António Brinco**

| Presidente do Conselho Geral da Escola Secundária do Monte da Caparica |

Enquanto órgão colegial de direção estratégica da escola, o conselho geral deve assegurar a participação dos representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos do secundário e adultos inscritos nos cursos pós laborais, dos autarcas e das instituições, organizações e atividades económicas, sociais, culturais e científicas, nos processos de aprovação do regulamento interno, do projeto educativo e do plano anual de atividades. Tem ainda este órgão o poder de eleger e destituir o diretor, (DL nº 75/2008 de 22 de abril).

A garantia das condições de participação de todos é assegurada pela impossibilidade de cada grupo ou colégio representado no conselho geral obter a maioria dos lugares, pressuposto que levanta dificuldades ao funcionamento eficaz do órgão, minimizando o seu papel no acompanhamento dos outros órgãos e estruturas de orientação educativa e que confrontado com a necessidade do reforço das lideranças das escolas levanta questões relativas ao equilíbrio dos poderes e ao aprofundamento da vivência coletiva das escolas.

Com a garantia das condições de participação de todos os representantes eleitos para o conselho geral e a impossibilidade de cada grupo ou colégio de representantes atingir a maioria dos votos criou-se um clima que tanto pode gerar o consenso e a convergên-

cia na ação de acompanhamento dos outros órgãos de gestão, como o contrário, com todas as consequências que isso implica, nomeadamente e por defeito, o reforço dos órgãos que o conselho geral deveria supostamente escrutinar, invertendo-se assim o pressuposto da participação da comunidade na vida da escola.

Não posso também deixar de assinalar a desvalorização da participação dos representantes dos professores nos conselhos gerais pois esse facto tem consequências que não podem deixar de ser objeto de análise, quando se trata de avaliar este modelo de autonomia e gestão e em particular o seu funcionamento, sobretudo quando se pensa na complexidade dos normativos que regulam a organização e a vida nas escolas e nas dificuldades que os agentes não diretamente envolvidos na sua aplicação encontram para assimilar, de uma forma consistente, as grandes linhas orientadoras definidas pela lei de bases do sistema educativo e replicadas em todos os decretos despachos e regulamentos que dela derivam.

As dificuldades sentidas pelos representantes dos diferentes colégios eleitorais na assimilação da complexa e pesada gramática legislativa que regula as diferentes dimensões do sistema educativo inibem, a mais das vezes, um juízo e uma avaliação esclarecida dos atos administrativos dos órgãos que supostamente deviam acompanhar e das práticas pedagógicas que deviam estar em condições de orientar e monitorizar e criam condições para des-

valorizar o objetivo de direção estratégica que o órgão supostamente devia, nos termos da lei, assegurar.

Quanto ao objetivo de criar lideranças fortes como «uma das mais necessárias medidas de reorganização do regime de administração escolar» (DL nº75/2008 de 22 de abril), é óbvio que, com as dificuldades operacionais que os conselhos gerais sentem, as direções se destaquem como executoras aplicadas das orientações da tutela e a assimetria das relações de poder na escola se evidenciem.

Se as ideias subjacentes a este modelo de autonomia e gestão nos pareciam, à partida, razoáveis, porque pareciam aumentar o envolvimento e a participação ativa e consistente de todos os agentes envolvidos no processo educativo, a prática tem vindo a revelar algumas resistências, fragilidades e distorções que importa retificar e estas não são apenas do domínio organizacional.

Este modelo de autonomia e gestão emerge de um contexto que não pode ser esquecido e que é o da desvalorização dos professores e do seu trabalho e é nessa linha que deve ser lido e combatido pois faz parte de um pacote legislativo que alterou para pior o estatuto da carreira docente, desestruturando as relações de cooperação e trabalho, minando a confiança que todos os agentes deviam ser capazes de depositar nos outros e subvertendo o primado do científico e pedagógico sobre o administrativo. ■

O papel das associações de pais



• **Viriato Jordão de Sousa**

| Ex -Presidente da Associação de Pais da Escola Prof. José Augusto Lucas - Linda-a-Velha |

Com a aprovação e publicação da Lei nº 7/77 de 1 de fevereiro, bem assim como a legislação que posteriormente se lhe seguiu, dá-se início ao processo de, legalmente, se constituírem associações de pais e encarregados de educação, no Portugal saído da Revolução de abril de 74.

Assim, a partir daquela data, começam a surgir as primeiras associações de pais e encarregados de educação nos diversos estabelecimentos escolares do nosso país, e que vieram a assumir um papel altamente relevante, participando ativamente na vida escolar.

Verdade seja dita também que, nalguns estabelecimentos, nem sempre as associações de pais e encarregados de educação foram bem acolhidas por alguns setores dessas mesmas comunidades escolares.

Umás vezes os responsáveis desses estabelecimentos consideravam as associações de pais como corpos estranhos que se criam imiscuir na sua “quinta”, outras vezes eram as próprias associações de pais que se arrogavam no direito de serem elas próprias a ditar e a definir o modo como

os estabelecimentos escolares deveriam funcionar e a tentar impor mesmo o seu projeto educativo.

É bem verdade que estas questões surgiram pois, nem estabelecimentos escolares, nem pais e encarregados de educação, alguma vez tinham participado conjuntamente na vida das escolas frequentadas pelos seus filhos.

Hoje em dia, porém, a realidade é substancialmente diferente, passado que foi o período de aprendizagem mútuo. Os representantes dos pais e encarregados de educação participam normalmente nos órgãos de gestão das escolas (Conselho Pedagógico e Conselho Geral).

Nalgumas escolas a participação das associações de pais e encarregados tem sido fundamental na ajuda à resolução de casos problemáticos surgidos, como foi o caso da Escola Professor José Augusto Lucas, onde, apesar do Conselho Executivo ter tomado algumas medidas de concentração de serviços e de ter sido obrigado a reduzir alguns horários dos serviços utilizados pelos alunos, a carência de pessoal não docente prejudicou não só o normal funcionamento das atividades escolares, pela inexistência de funcionários nalguns pavilhões, mas também

as condições de higiene e salubridade na escola, nomeadamente ao nível das instalações sanitárias que, por falta de pessoal de limpeza, não eram devidamente limpas e desinfetadas. Também ao nível de segurança externa, por falta de recursos policiais da Escola Segura da PSP, não eram feitas as rondas nos períodos adequados, o que levou ao aumento de roubos e problemas diversos graves de fora para dentro da escola.

Graças à enérgica intervenção da associação de pais junto das várias entidades governamentais conseguiu-se minorar os efeitos de uma política que se tem subordinado a critérios economicistas o que tem vindo a pôr em causa o futuro do país, uma vez que este depende essencialmente do nível e qualidade do seu ensino.

É pois fundamental a mobilização dos pais em torno das suas associações, de modo a que estas exijam às autoridades públicas responsáveis um ensino de alta qualidade para os seus filhos, igualmente é um dever de todos os pais envolverem-se pessoalmente na educação dos seus filhos, bem como exercer influência nas políticas a serem implementadas nas escolas frequentadas pelos seus filhos. ■



O futuro incerto da 'primavera' árabe

Joaquim Jorge Veiguinha

Os resultados eleitorais nos países do norte de África em que se desencadeou a 'vaga' democrática resultante da queda dos regimes de Ben Ali e Hosni Mubarak confirmaram um claro triunfo dos partidos e organizações islamitas. Assim, na Tunísia, o partido En Nahda de Rashid Ghannouchi conquistou 41,7% dos sufrágios na eleição para a Assembleia Constituinte, enquanto no Egito a eleição para a Câmara Baixa, que redigirá a futura Constituição, foi marcada pelo predomínio avassalador do Partido da Justiça e Liberdade (PJD), representante da Irmandade Muçulmana, que obteve 45% dos sufrágios e do Al Nur, salafista, que conseguiu 25%. Nem mesmo Marrocos escapou ao 'tsunami' islamita. Após a aprovação de uma nova Constituição, outorgada pelo rei Mohamed VI aos seus súbditos, realizaram-se eleições legislativas que foram vencidas pelos islamitas do Partido da Justiça e Desenvolvimento (PJD) com 107 deputados num total de 395 eleitos. Na Tunísia e em Marrocos formaram-se governos de coligação entre os partidos islamitas vencedores e organizações políticas laicas, que obtiveram resultados muito inferiores aos alcançados pelos partidos confessionais. No primeiro destes países, o En Nahda

aliou-se, numa posição de claro predomínio, ao Congresso para a República, partido de centro-esquerda, e ao Ettakatol [o "Bloco"], de esquerda, ambos com apenas 23,5 % dos sufrágios (51 deputados). No segundo, o PJD formou governo com o Istiqlal, nacionalista, que obteve 15,1% dos votos (60 deputados), com a União Socialista das Forças Populares, 9,9% (39 deputados) e com o Movimento Popular, liberal, 8,1 % (32 deputados). No Egito, a vitória esmagadora dos islamitas tem sido assinalada pela intervenção política do exército que nomeou um novo primeiro-ministro, Khamal el Ganzhuri, que deverá manter-se em funções até à realização, provavelmente em junho, das eleições presidenciais. O conflito entre os islamitas e os militares sobre esta nomeação tenderá provavelmente a intensificar-se nos próximos meses, tendo em conta o papel determinante que os primeiros desempenharão na redação da nova Constituição egípcia.

A crise da laicidade

A vitória islamita nas eleições para a Assembleia Constituinte egípcia e tunisina expressam a crise da laicidade no mundo árabe e muçulmano e demonstram que, no fundo, as revoluções não se fazem no 'facebook' e nas redes sociais, mas resultam de uma correla-

ção de forças que se vai sedimentando no decurso do tempo. As políticas de liberalização económica, iniciadas pelo Presidente egípcio Anwar al-Saddat, cavaram um fosso cada vez maior entre ricos e pobres e tiveram seguidores políticos em todo o Norte de África, após o falhanço das diversas tentativas nacionalistas socializantes, de que o regime de Nasser foi exemplo e paradigma. Os regimes laicos transformaram-se em ditaduras, caracterizadas pela promiscuidade entre a esfera pública e a dos grandes negócios e por um modelo de desenvolvimento centrado no imobiliário de luxo, no turismo, na grande distribuição e na banca que se encontra hoje completamente esgotado. Em países onde a taxa de crescimento demográfico, apesar de ter diminuído, continua a ser muito superior à do PIB, o desemprego tem disparado, atingindo não apenas os menos letrados, mas também os jovens licenciados. Esta situação tem sido explorada pelos movimentos islamitas que construíram uma espécie de 'terceiro setor' que fornece aos mais carenciados um apoio logístico nas áreas da saúde, da educação e da concessão de empréstimos. A isto se junta a tradição de luta contra os regimes depostos que lhes permitiram aumentar o seu prestígio político com a recolha de apoios junto das camadas da população mais intelectualizadas.



Foto: Colin Brough

Esta será provavelmente uma das razões pelas quais conseguiram 71% dos votos nas eleições egípcias para a Câmara Baixa.

Democracia 'versus' fundamentalismos

O triunfo islamita não pode, porém, ser apenas explicado pela conjugação da crise política e da crise económica e social, mas remete para uma variável estratégica que, a partir dos bastidores, acaba por ser uma resposta a uma correlação de forças políticas que introduziu dados novos nesta região. Refiro-me, sobretudo, à afirmação de novas potências intermédias, de que se destaca o Irão, que põe em causa o predomínio da Arábia Saudita e dos seus aliados na região. Paradoxalmente, ou talvez não, as vitórias islamitas, se bem que conseguidas numa situação de eleições livres e democráticas, constituem uma reação contra os novos equilíbrios que se estavam entretanto a configurar. Deve ter-se em conta que esta monarquia do Golfo Pérsico é a principal financiadora dos partidos islamitas e que as 'obras sociais' que estes organizaram para socorrer as camadas mais pobres da população não puderam ser sustentadas apenas pelo 'zakat', isto é, pelo óbolo islâmico.

Perante o declínio dos regimes laicos ditatoriais, as soluções teocráticas tanto sunitas como xiitas conseguem conquistar um número crescente de aderentes. Mas isso, em vez da paz e da estabilidade democrática, poderá abrir a porta não a um 'choque de civilizações', mas a um choque de fundamentalismos que colocarão o Norte de África e o Médio Oriente à beira do caos político e social, como a iminente guerra civil síria o vem demonstrando, apesar da promessa do Presidente Bashar al-Assad de que uma nova Constituição será submetida a um referendo em março e que serão marcadas eleições legislativas multipartidárias dois meses depois. O regime autoritário sírio, apoiado pelo Irão e centrado no ramo alauita do xiismo, tem garantido até hoje os direitos das minorias étnicas e confessionais – curdos, drusos, judeus e cristãos – num país em que os sunitas são majoritários e os alauitas minoritários. Chave estratégica da região, o futuro do país do cedro permanece uma incógnita, já que o seu eventual derrube ou uma vitória do ramo sírio da Irmandade Muçulmana, muito mais radical do que o seu homólogo egípcio, nas prometidas eleições de maio não garantem por si só que aqueles direitos serão respeitados. Os ressentimentos acumulados num conflito em que já morreram milhares de pessoas tendem a favorecer

os fanatismos religiosos e as pulsões identitárias em detrimento da laicidade que está associada ao regime de Bashar al-Assad e surge, paradoxalmente, no atual contexto político, como condição da sua própria sobrevivência. Se é verdade que os regimes derrubados no Egito, na Tunísia e também na Líbia tinham perdido toda a legitimidade política perante a maioria da população, também é verdade que uma 'solução' política de cariz confessional xiita ou sunita constituirá uma regressão relativamente às expectativas da 'primavera árabe' para as quais a democracia e a laicidade eram as condições necessárias para construção de uma nova ordem política. De fonte de esperança, emancipação e liberdade esta, refém dos novos reequilíbrios estratégicos que ultrapassam as boas intenções dos seus mentores, poderá limitar-se a substituir o anterior 'colete de forças' ditatorial, que mantinha os cidadãos amordaçados e subjugados, pelas tradicionais fidelidades religiosas e pela luta tribalista dos clãs étnicos, numa espécie de versão árabe e muçulmana do cenário hobbesiano da 'guerra de todos contra todos'. Mas isso será precisamente a confissão da derrota da democracia. ■

A minha escola adota um museu

Um pequeno contributo acaba por ser “o coração da escola”



Foto: Disponibilizada por Escola Básica Marinhas do Sal

“A minha escola adota um museu” é o significativo nome de um projeto implementado, na Escola Básica Marinhas do Sal, pela unidade de “Cadetes do Mar” de Rio Maior. Para conhecer um pouco deste projeto e das características muito específicas que o enformam, encontrámo-nos no Museu da Marinha com a professora Ana Cristina Martins, da Escola Básica Marinhas do Sal. Uma conversa que envolveu também o comandante João de Bellém, do GAMMA-Grupo de Amigos do Museu da Marinha e coordenador nacional do projeto.

O projeto “A minha escola adota um museu” está intimamente ligado ao Clube de “Cadetes do Mar” de Rio Maior – criado no seguimento de um protocolo assinado na Escola Básica Marinhas do Sal, no final do ano letivo 2009/2010, entre a escola, a Marinha Portuguesa e o Estado-maior da Armada. Os alunos que participam do projeto – as turmas C e D do 5º ano de escolaridade – constituem as unidades dos “Cadetes do Mar”. O Clube encontra-se presentemente registado na *International Sea Cadets Association*. Uma organização de que fazem parte mais de uma centena de países de vários continentes, e se assume, como referido em documentos divulgados no site do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, como uma organização sem fins lucrativos, de caráter voluntário, “sem quaisquer ligações partidárias políticas, sem quaisquer ligações a organizações militantes de jovens é aberta a todas as raças, religiões, ideologias e géneros e oferece aos nos-

so jovens a oportunidade de vivenciar experiências que lhes proporcionem um conhecimento teórico e prático sobre o treino náutico e marítimo, baseado nas ancestrais tradições navais da Marinha”.

Nesta perspetiva, o plano de atividades do Clube de “Cadetes do Mar” visa “promover a vivência de experiências ligadas aos hábitos de vida naval a bordo”, “desenvolver e potenciar os padrões de formação pessoal e social, o sentido de responsabilidade para com a comunidade” e ainda “o reconhecimento e a valorização da importância do mar”.

Breve história de uma ideia

O comandante João de Bellém é coordenador nacional do projeto “A minha escola adota um museu”. No breve contato que tivemos no Museu da Marinha, enquanto acompanhava o trabalho de um pequeno grupo de alunos da EB Marinhas do Sal, falou-nos, com entusiasmo, do caminho já trilhado. “A minha escola adota um museu” é um

projeto que está disponível para qualquer escola. “O mais interessante é que convida os jovens a virem ao museu. Não na perspectiva mais vulgar, que é só passear um bocadinho e descontraír. Mas para vir fazer pesquisa e trabalhar ao longo do ano.”

Um trabalho que João de Bellém tem vindo a desenvolver, enquanto membro da Direção do Grupo de Amigos do Museu da Marinha, e que pode ser articulado com as escolas numa perspectiva curricular, envolvendo alguns professores e algumas disciplinas específicas, ou no quadro de implementação de clubes, consoante as temáticas em que as escolas estão mais interessadas.

Tendo como base o trabalho com escolas e, em particular, com a EB Marinhas do Sal, já se estão a concretizar ligações com o Museu da Marinha, o Museu Militar, o Museu do Mar de Cascais. Um desafio aos museus que “é valorizante para o museu, porque o projeta para o exterior, para a escola, para outros públicos”.

É no quadro deste processo que surge a ideia dos Cadetes do Mar. “Tivemos contacto com uma organização mundial Cadetes do Mar, que sensibiliza as suas jovens gerações para as questões do mar. Envolvendo as várias marinhas: a Marinha de Guerra, que tem uma estrutura institucional, do Estado, mas também a Marinha Mercante, a Marinha de Pesca, a Marinha de Recreio. No sentido de pôr os jovens em contacto com esta cultura. Que é a nossa cultura. Que é uma cultura de mar, historicamente”, sublinha João de Bellém.

Deste contacto – que entretanto levou já a uma ligação formal – o coordenador nacional do projeto ressalta uma surpresa particularmente agradável: todos se organizam “com base na dinâmica das sociedades civis”.

O mesmo se passa em Portugal. “É através das associações da sociedade civil que se faz a sustentação destes projetos. Os Amigos dos Museus fazem pontes com museus, outros grupos – há grupos em Portugal, por exemplo, de recriação histórica – gostam é de história, das pesquisas, das épocas, dos diferentes contextos. Estudam essas coisas e também trabalham com os miúdos”. Portanto, conclui João de Bellém, “há várias dinâmicas na sociedade civil por-



tuguesa que nos surpreenderam muito. São muitas vezes coisas pequeninas. Como não sabemos uns dos outros, acabam por ter pouca visibilidade”.

Um projeto abrangente

O despertar das crianças “para o mundo”, a partilha dos conhecimentos, a participação das famílias – são algumas das mais-valias destacadas por Ana Martins.

Um trabalho difícil mas gratificante que, entretanto, esbarra com crescentes obstáculos: como o fim da área de projeto e da formação cívica. Ou, ao nível de parceiros tão fundamentais como os museus, a possível extinção dos apoios educativos.

Para Ana Martins, o mais importante no trabalho que está a ser desenvolvido é considerar “o indivíduo como um todo”. “É o conhecimento, é a prática desportiva, são os hábitos de vida saudáveis, é a segurança”.

Nesta perspectiva, o projeto – que já se desenvolve há 5 anos consecutivos – assume, em cada ano, formas diferentes. Este ano letivo, e como o projeto começou a ganhar proporções bastante significativas, “a própria escola e as pessoas que trabalham connosco consideraram que se podia aproveitar o conteúdo daquilo que este pequeno grupo fazia para se organizar um modelo com conteúdos para a formação cívica” – refere Ana Martins.

“Propuseram-nos construir um programa, dividido em 3, 4, 5 módulos, que versasse as diferentes áreas: educação física, conhecimento (a nível da história, do português, do inglês, da comunicação), formação pessoal, formação cívica, o estudo acompanhado (com as técnicas de estudo, com o aproveitamento de material). E a antiga área de projeto – para o trabalho de grupo”.

A extinção da área de projeto “pesa imenso”. Porque “o trabalho que nós fazíamos em área de projeto agora tem



que ser repartido – nas nossas disciplinas e no estudo acompanhado. Quando o estudo acompanhado também nos faz falta para versar outras áreas”.

Os recursos são muito escassos. “Tudo isto se faz fora do nosso horário. Aliás, nós temos canalizado as saídas para quarta-feira à tarde e para os sábados, para os domingos. É trabalho extra. Mas é a única forma de não interferir

com a rotina dos alunos, em termos de currículo e em termos de horário. E é também uma maneira de interferir – de forma positiva – na rotina dos pais. Porque os pais, como são chamados a participar connosco, sempre que organizamos uma atividade de fim de semana eles estão lá. Alteram as próprias rotinas e integram as nossas iniciativas, vão e gostam”.

Um trabalho muito exaustivo

Como se desenvolve o trabalho com as duas turmas envolvidas? “É um trabalho muito, muito exaustivo”, mas que conta com a participação empenhada de “parceiros fantásticos”, sublinha Ana Martins.

Cada aluno destas duas turmas constrói um portfólio sobre a área que ele próprio escolheu, dentro do conjunto de temas e áreas propostos. “Porque os miúdos têm que gostar. Têm que sentir curiosidade”.

A pesquisa é feita – sobretudo e essencialmente – em livros. A ideia é aprender a pesquisar, aprender a utilizar enciclopédias, dicionários.

Porquê? “Porque têm que saber utilizar a biblioteca, ir ao espólio, saber encontrar a informação, saber identificar quais são os materiais mais adequados a determinado tipo de informação que procuram. E utilizá-los”.

A aposta nesta forma de trabalho, sem recurso à internet, visa evitar o *copy paste*. “É muito fácil ir à internet fazer *copy paste*. E acabam por não aprender. Portanto, eles andam com o papel na mão, tomam notas de tudo, fazem esquemas. Chegam à escola, fazem o corpo do texto, apoiados nos materiais, nos livros, nas enciclopédias, nas revistas, nos jornais”.

Neste trabalho, alunos e professores contam com um apoio decisivo: os parceiros do GAMMA e dos serviços educativos dos museus.

“Os nossos parceiros são fantásticos” – sublinha Ana Martins. “Porque têm um conhecimento da história, para além da história. O que torna a pesquisa muito mais aliciante. Contam histórias, referem factos. E os miúdos têm que vir ao museu, comprovar, têm que vir ver se realmente foi assim ou não. E acabam por comprovar e por vir buscar muito

mais do que aquilo que vinham procurar”.

Nesta fase do projeto, o grupo envolvido “não só tem como tarefa produzir um guião dos guias de museus, como também a tarefa acrescida de transmitir aos colegas tudo aquilo que aprende. Há uma apresentação em turma, daquilo que é feito aqui, e em que eles descrevem o trajeto, a pesquisa, o produto. Assim, todos os outros alunos ficam a saber. E fica o *bichinho*. Para a próxima, os outros estarão interessados”.

Um pequeno contributo acaba por ser “o coração da escola”

As duas turmas envolvidas no projeto “A minha escola adota um museu” estão a trabalhar como se fossem uma única turma, dividida em duas em termos de espaço. “Há um único Conselho de Turma. Os professores são os mesmos, a planificação das atividades é a mesma. Aliás, este conjunto de professores recebeu formação para poder trabalhar com os alunos nesta perspetiva e conseguir inserir todos estes conteúdos e todas estas áreas nas diferentes disciplinas”.

O Conselho de Turma tem que estar particularmente atento a esta forma de trabalhar.

Ana Martins refere o exemplo concreto de uma iniciativa em torno dos direitos do homem, que foi trabalhada, de formas diferentes, em todas as disciplinas. Nomeadamente, no caso da EVT, com a construção de um mural. “Fizemos uma campanha a alertar para os direitos humanos, a que a escola acabou depois toda por aderir”.

Os resultados do projeto, para as crianças envolvidas, são já palpáveis. “Os meninos começaram no 5º ano e neste momento estão no 6º ano de escolaridade. E estes meninos de 6º ano – a apresentarem trabalhos e a debaterem ideias – põem meninos do 8º e do 9º ano a um canto. Estão muito despertos para o mundo”, sublinha.

“O próprio projeto educativo da escola acaba por estar centrado na formação e na valorização do homem, do indivíduo e da formação como um todo. Um pequeno contributo acaba por se espalhar e por ser o coração daquela escola”, conclui. ■

NOTAS SOBRE O XII CONGRESSO DA CGTP-IN



António Avelãs
Presidente do SPGL



1. Este tipo de congressos são obrigatoriamente(?) rituais. Servem para apresentar o que, uns tempos antes, foi cuidadosamente preparado, discutido e encenado. O XII congresso da CGTP-IN não foi exceção: competiu-lhe aprovar com esmagadora maioria um programa de ação minuciosamente preparado uns tempos antes, mesmo que no próprio congresso tenha sofrido algumas melhorias. Devo confessar que o texto final é substancialmente melhor que o projeto inicial e que o SPGL esteve entre os sindicatos que mais melhorias lhe introduziram. Apesar disso, quando lido com maior atenção, não consegue dissipar a dúvida se será o programa de ação que este momento económico, político e social exigiria. Falta-lhe um apontar mais desenvolvido sobre as medidas de saída para a crise económica, uma reflexão mais sustentada sobre os caminhos da Europa, uma mais cuidada reflexão sobre as dificuldades que o movimento sindical atravessa e o significado dos chamados “movimentos sociais” que têm vindo a surgir entre nós. Pelo contrário, o texto aprovado faz um bom diagnóstico sobre os ataques aos trabalhadores, faz uma firme denúncia da política de empobrecimento do país, é claro na denúncia do recente acordo entre o governo, os patrões e a UGT. Em resumo, o programa de ação aprovado pode constituir uma boa base para as lutas sociais que se avizinham – lutas que, porém, obrigam ao

desenvolvimento do seu conteúdo.

2. O congresso aprovou profundas alterações na composição dos órgãos diretivos da central. A aplicação do critério da “idade limite” – critério que me parece adequado – determinou a saída de muitos quadros que, durante dezenas de anos, constituíram um grande esteio no trabalho da CGTP-IN. Com respeito por todos os que saíram, permito-me considerar mais particularmente os nomes de Carvalho da Silva e da Maria do Carmo Tavares. O primeiro contribuiu de forma excepcional para a imagem muito positiva de que a CGTP-IN goza na sociedade portuguesa, uma imagem de grande competência, de profunda compreensão dos fenómenos sociais e de grande abertura na análise dos processos em que intervém. Além de ter contribuído inequivocamente para a melhoria da democracia interna da central. De Maria do Carmo direi apenas que é das pessoas que mais sabe no nosso país sobre questões de Segurança Social. As suas intervenções – e no SPGL tivemos oportunidade de ouvir várias – associam um notável rigor técnico à apaixonada defesa da classe trabalhadora. Também o Ulisses Garrido, entretanto colocado no Instituto de Formação da CES (ETUI) abandonou o Conselho Nacional, constituindo também uma baixa “de peso”. Certamente que a CGTP-IN nos tempos mais imediatos se ressentirá destas – e de outras – saídas.

Mas todos nós temos confiança no trabalho dos que agora entraram ou passaram a ocupar novos cargos: os trabalhadores precisam de uma CGTP-IN que continue no caminho que tem trilhado.

3. A participação do SPGL neste congresso caracterizou-se por uma cuidada discussão do projeto de programa de ação previamente apresentado, analisado em plenário de corpos gerentes e corporizada em várias propostas de alteração, a maior parte das quais foi aceite pela comissão de redação, pela frontalidade e clareza com que defendeu no plenário do congresso as posições em que divergiu, e por possibilitar que as diferentes tendências político-sindicalistas dos seus sócios estivessem representadas no congresso: teremos sido dos poucos sindicatos (senão mesmo o único) que escolheu parte dos seus delegados em votação secreta em Assembleia Geral de Sócios de entre várias listas propostas pelos associados. Orgulhamo-nos disso.

Registe-se também que um número significativo de dirigentes do SPGL subcreveu o Manifesto “*Pela dignificação do Trabalho e por um sindicalismo renovado, autónomo, participado e mais eficaz! Contra o ataque ultraliberal ao Trabalho e aos Sindicatos*”, distribuído durante o Congresso e divulgado pela comunicação social e por vários sítios da internet. ■

“Exijamos mudança! Coloquemos no horizonte sinais de esperança”

“É possível remar contra a maré, com êxito”. Na intervenção de abertura no último congresso da CGTP em que participou como seu secretário-geral, Manuel Carvalho da Silva deixou clara a afirmação de importância da luta, sob diferentes formas, e uma nota de esperança: “Exijamos mudança! Coloquemos no horizonte sinais de esperança, numa construção colectiva que se transforme em confiança e acção transformadora. Instabilizemos os interesses desta burguesia instalada”.



Vivamente saudado, com manifestações de gratidão e afeto, por delegados nacionais e internacionais, Carvalho da Silva fez um discurso de fundo, partindo da ideia de “uma relação profunda entre o lugar e a valorização do trabalho, os direitos no trabalho, os direitos sociais, a cidadania, o Estado Social e o Estado Nação”, uma relação profunda entre “o sindicalismo e a Democracia”.

A sua intervenção abarcou diferentes áreas, da análise da situação a nível internacional e nomeadamente da União Europeia, à realidade nacional e o “novo impulso suicidário” com o recente Acordo de Concertação Social, passando pelo papel do sindicalismo e da CGTP, e concluindo com a necessidade de lutar “por um Portugal desenvolvido e soberano, por trabalho com direitos”.

Aqui transcrevemos alguns extratos desta intervenção.

Se a crise é sistémica, a resposta tem de ser de todos

A União Europeia confirmou-se nestes últimos 4 anos como pólo avançado da ofensiva neoliberal global. Foi o período mais agitado da sua história – período repleto da expressão de contradições e de erradas decisões políticas:

- viu-se mergulhada na crise global após os seus decisores políticos a terem ignorado no seu início;
- passou duma recessão para uma crise da dívida, alimentando, durante muito tempo, a ilusão de que os problemas seriam limitados a alguns países (pequenos e da periferia) - Hoje paira a ameaça de desintegração da zona euro, que a acontecer terá forte impacto também a nível global;
- aprovou um novo Tratado, à margem dos povos europeus e da sua vontade, num processo de crescente distanciam-

mento dos cidadãos;

- lançou o objetivo chamado de “nova governação económica” em que se aprofunda a perda de soberania dos países;
- revelou falta de cooperação e solidariedade entre os países, alimentando estereótipos e posições por vezes de carácter xenófobo que rotulam povos do centro-norte da Europa como “virtuosos” face aos do Sul pretensamente “gastadores” e “preguiçosos”;
- propiciou a progressão do populismo e de forças políticas conservadoras na generalidade das eleições realizadas – a Europa é hoje dominada pelas forças políticas de direita e da extrema-direita e isso é um grave perigo;
- atacou pilares fundamentais do Estado-social.

(...)

Os trabalhadores reagiram com protestos e greves, incluindo importan-

tes greves gerais, com destaque quer para as lutas desenvolvidas ao nível de países (como a Grécia, Espanha, França, Portugal, Bélgica e Itália) quer para manifestações europeias promovidas pela CES e nas quais a CGTP-IN participou.

Mas a dimensão da luta sindical e social na Europa tem de ampliar-se, articulando capacidades e possibilidades de ação.

Se a Crise é Sistémica e a contaminação é geral, a resposta tem de ser de todos!

CGTP quatro direções de trabalho

A CGTP-IN é o mais sólido pilar em que assenta a defesa consequente dos interesses e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que laboram em Portugal, no quadro da expressão dos interesses e anseios

mais amplos do Povo Português e no respeito pelos princípios, direitos, liberdades e garantias plasmados na Constituição da República Portuguesa (CRP).

(...)

Queremos assegurar quatro direções de trabalho fundamentais para reforço do sindicalismo que corporizamos:

- i) existência de organização sindical implantada, ativa e participada pelos trabalhadores, nos locais de trabalho do setor privado e do setor público;
- ii) salvaguarda e efetivação da contratação coletiva, do direito de negociação a diversos níveis e de diálogo social sério, com conteúdos concretos;
- iii) capacidade de iniciativa reivindicativa e proponente que torne dinâmico o binómio negociação/conflito, o que pressupõe sólida articulação com o reforço da organização e ação sindi-

cal planificada nos locais de trabalho;

- iv) ação mobilizadora com forte dinâmica e luta de massas, instrumentos essenciais para o êxito da intervenção reivindicativa e para a transformação progressista da sociedade.

Sustentaremos aquelas quatro direções de trabalho num debate ideológico inerente ao reconhecimento de diferenças; em propostas objetivas; e na luta reivindicativa.

Por um Portugal desenvolvido e soberano – por trabalho com direitos

Defendemos um “**Portugal Desenvolvido**” porque o caminho do desenvolvimento humano da sociedade assente em valores, em princípios éticos e em objetivos sociais, económicos culturais e políticos é indispensável.

A CGTP-IN afirma essa necessidade e bate-se por um modelo de desenvolvimento que articule as vertentes económicas, sociais, culturais e ambientais, objetivos só atingíveis se ao Estado for atribuído um papel dinamizador.

No plano económico, um Portugal desenvolvido exige, no imediato, uma preocupação central com a defesa e criação de emprego, a salvaguarda e revitalização do aparelho produtivo, a produção de mais bens e serviços úteis e prioritários para elevar o nível de vida da população e reduzir o endividamento, o combate à economia paralela, à fraude e evasão fiscais, a dinamização de uma economia que satisfaça as necessidades mais amplas das pessoas, travar as políticas privatizadoras e progressivamente fazer regredir alguns processos já concretizados.

A economia tem de estar ao serviço dos seres humanos, individual e coletivamente considerados e de preservar o ambiente e a natureza.

(...)

Afirmamos o “**Portugal Soberano**”, desde logo, porque os portugueses e Portugal – como grande parte dos povos e países, designadamente da União Europeia – têm a sua soberania crescentemente posta em causa nomeadamente:

- i) pela atuação de estruturas e organizações do grande capital e do poder

financeiro (agências de rating e outras) que subjugam impunemente os povos e os exploram de diversas formas;

- ii) pela atuação das multinacionais, que impõem o seu poder e forçam mecanismos de exploração sobre os Estados e até sobre instituições supranacionais e mundiais;

- iii) pela ação das instâncias de poder informal desde o G20 ao G2 e, a nível europeu, as Troikas que impõem programas de governação (de saque e submissão) aos países;

- iv) pelas consequências das políticas neoliberais de uma União Europeia que se tem apropriado indevidamente de competências das instituições nacionais, que ignora e desrespeita a vontade dos povos, as suas condições, realidades e culturas, e por práticas de países poderosos que se acham no direito de ditar e impor regras, numa espécie de novo colonialismo.

(...)

Reafirmamos o “**Trabalho com direitos**”, porque as conquistas históricas dos trabalhadores, que conduziram à valorização do trabalho e à dignificação dos trabalhadores, ao reconhecimento e articulação dos direitos no trabalho com amplos direitos sociais, base do desenvolvimento do Estado Social, e que forçaram compromissos do capital com o trabalho, estão a ser postas em causa aceleradamente.

A CGTP-IN bate-se pelo direito ao trabalho tal como a CRP o consagra, bem como pela realização da Agenda do Trabalho Digno da OIT: por empregos com salários justos; pelos direitos no trabalho, que exigem uma fiscalização adequada e um sistema de justiça célere e eficiente; pela segurança no emprego; pela contratação coletiva, o diálogo e os direitos de participação.

A CGTP-IN vai estar disponível para assumir e se responsabilizar nestes e outros combates inerentes ao desenvolvimento harmonioso e progressista da sociedade, considerando a diversidade das condições dos trabalhadores de todas as gerações, e em particular dos mais desfavorecidos, e assumindo redobrada atenção aos mais jovens. ■

Não podemos aceitar este rumo de desastre económico e social

Arménio Carlos . Secretário Geral da CGTP

“Não aceitamos, não podemos aceitar este rumo de desastre económico e social, que penaliza os que menos têm, que nos espolia de direitos e garantias fundamentais, ao mesmo tempo que favorece os interesses exclusivos dos que mais têm e podem, do grande capital e das grandes potências. Que favorece e privilegia, no fundo, aqueles que são responsáveis pela crise e que nela viram uma janela de oportunidades, que urge fechar e derrubar com reivindicação e com luta”, afirmou Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP, no discurso de encerramento dos trabalhos do Congresso. Uma intervenção de que aqui reproduzimos breves extratos, de denúncia da situação que hoje se vive em Portugal e de enunciado de algumas das reivindicações da Intersindical.

Eles sabem mas não dizem

Eles sabem, mas não dizem que, em 2007, em resultado de enormes sacrifícios, impostos pelo Governo anterior à generalidade da população, Portugal tinha um défice de 3,1% e que a dívida pública se situava nos 68%, apenas 3 pontos acima da Alemanha.

Eles sabem, mas não dizem, que os problemas de fundo não residem no Estado, mas no sector privado, na dívida privada, num sector bancário que privilegiou o imobiliário e no especulativo, na má

organização e gestão da maioria das empresas, na imensa fuga fiscal, num sector privado que, com o apoio dos sucessivos governos do PS, PSD e CDS, liquidou progressivamente a actividade produtiva e se apoderou do Estado para expandir os seus negócios, de que as parcerias público-privadas são um exemplo acabado.

Eles sabem, mas tentam esconder que, enquanto os trabalhadores e as famílias estão a empobrecer aceleradamente, os lucros líquidos das 20 maiores empresas cotadas na bolsa não pararam de subir e, nos últimos 2 anos e meio, ascenderam a 20 mil e quinhentos milhões de euros (é muito dinheiro camaradas).

E também sabem que a CGTP-IN não se limitou a denunciar o caminho de desastre que está a ser seguido. Apresentou propostas alternativas que se confirmam como saídas inevitáveis para a resolução dos problemas dos trabalhadores, das famílias e do país.

Propostas alternativas

Falamos na renegociação da dívida (prazos, juros e montantes), a tal renegociação da dívida que tem de ser feita não com mais pacotes, mas pelo respeito da soberania do povo português, num contexto duma negociação em que se tem de alterar os prazos, reduzir os juros e discutir os próprios montantes; falamos no prolongamento do período para a redução do défice público, porque é no crescimento e na criação de mais e melhor emprego que está o futuro do país.

Falamos de um programa de desenvolvimento de revitalização do tecido produtivo para reforçar as exportações e

substituir importações por produção nacional, de forma a reduzir a dependência externa.

Falamos da necessidade de se assegurar o controlo público sobre os sectores básicos e estratégicos para o desenvolvimento do país.

Falamos da imperatividade do aumento do poder de compra dos salários, da actualização imediata do Salário Mínimo Nacional, do aumento das pensões e da melhoria das prestações de desemprego, não só para se viver melhor, mas também para fomentar a actividade económica e assegurar as funções do Estado Social.

Falamos da economia não registada, que atinge 40 mil milhões de euros, com uma perda de receita superior a 10 mil milhões de euros ao ano. E camaradas, todos vêem, todos sentem, mas eles não fazem nada. Eles não respondem às propostas da CGTP, que variadíssimas vezes, ainda neste processo na Concertação Social, desafiou o Governo a quantificar, no ano e nos montantes, o combate à fraude e evasão fiscal e, ainda hoje, estamos para saber quando é que isso vai acontecer.

Ou seja, isto não é um problema qualquer, é uma opção de classe, é uma opção de fundo. Aos trabalhadores castiga-se, aqueles que fogem ao fisco, libertam-se. Falamos dos mais de 326 mil milhões de euros transaccionados na bolsa, nos últimos dois anos e meio, e que se fossem taxados, dariam uma receita suplementar ao Estado de 6,5 mil milhões. E porque é que não o fazem? Não é possível taxar 2%, apenas 2%, as transacções na bolsa? Porquê? É possível. Também aqui é uma questão de opção de classe. ■



SPGL defende direito de tendência e adesão à CSI

O SPGL esteve presente, de forma interveniente, nos trabalhos do Congresso, tal como nos debates que o antecederam e lhe deram forma.

Neste processo foi apresentado um conjunto muito grande de propostas – naturalmente decorrentes dos debates no seio do próprio sindicato – que, na sua maioria, foram integradas no programa de ação e estatutos da CGTP-IN. Não foi o caso, entretanto, das propostas avançadas sobre a questão europeia, a regulamentação do direito de tendência e a adesão à CSI. Propostas que, por isso mesmo, foram abordadas no Congresso por António Avelãs e Pereira dos Santos.

A questão europeia

“A questão europeia é, nestes nossos amargos dias, questão incontornável. Aos interesses dos trabalhadores não é indiferente o modo como se venha a resolver a profunda crise em que a UE está mergulhada”.

Nesta perspetiva, António Avelãs considerou que, embora o texto do programa de ação faça uma descrição, no essencial correta, da deriva neoliberal, “de tal modo, porém, se insiste no apontar dos seus muitos aspetos negativos que é lícito considerar que está subjacente a este programa de ação a tese de que, tendo sido um erro a adesão de Portugal ao projeto europeu, a CGTP-IN consideraria ser do interesse dos trabalhadores portugueses que o país saísse ou fosse forçado a sair da UE ou que esta pura e simplesmente se desmoronasse”.

Assim, o SPGL defende que a CGTP deve “promover, interna e externamente, um profundo debate de modo a intervir de forma esclarecida na procura de propostas que sustentem um projeto de união europeia na busca de uma coesão e solidariedade dos trabalhadores

e pela defesa e aprofundamento dos direitos sociais e laborais”.

Sobre o Direito de Tendência

O direito de tendência “está consagrado nos estatutos da CGTP, mas não está regulamentado”, sublinhou Pereira dos Santos, numa intervenção em que referiu a experiência do SPGL “de uma prática unitária, que respeita as várias sensibilidades político-sindicais, e as congrega para os objetivos coletivos que definimos em conjunto; pensamos até que esta abertura, a convivência desta variedade e diversidade de pensamento e pontos de vista é enriquecedora para a nossa ação sindical”.

Prática que advogou também para a CGTP, frisando que “os unanimismos – como se estivéssemos sempre todos de acordo – delapidam esta imagem aberta a todos e unida na pluralidade que deve ser a da CGTP, pois dá uma imagem de falta de discussão e de democracia interna”.

“É a UNIDADE NA DIVERSIDADE que nos torna muito mais fortes... em que cada um é uma parte importante da construção dessa unidade”, defendeu. E lembrou que “Este enquadramento já existe atualmente na central, mas está por regular (e por exercer realmente, de forma aberta)”.

Em defesa da adesão da CGTP-IN à CSI

Um conjunto de sindicatos, entre os quais o SPGL, tomou a decisão de voltar a propor ao Congresso da CGTP-IN o início de um processo que conduza a nossa central a aderir à CSI – Confederação Sindical Internacional.

Contra esta proposta, referiu António Avelãs, “costumam apresentar-se dois tipos de objeções: a do caráter *social-democrata* da CSI e as hipotéticas van-

tagens de uma suposta *equidistância* entre as centrais internacionais existentes que resultaria da não filiação em nenhuma delas”.

Contestando tal argumentação, o presidente do SPGL sublinhou: “A CSI é reconhecidamente a maior das confederações; não será certamente a confederação revolucionária que nós desejaríamos, mas só a presença efetiva no seu seio das forças sindicais claramente de esquerda a poderá obrigar a assumir de forma mais determinada os direitos dos trabalhadores de todo o mundo. Não é estando de fora que se luta pela alteração do comportamento de uma central sindical – isso já o entenderam a maioria das centrais sindicais com quem a CGTP-IN desenvolve o seu trabalho, nomeadamente as grandes centrais sindicais da Europa e as dos PALOPS que não hesitaram em estar *dentro* da CSI para melhor defenderem os trabalhadores que representam e para participarem na construção de sindicatos que defendam os direitos dos trabalhadores nos países onde ditaduras e sindicatos *oficiais*, por elas manobrados, continuam a oprimir e a negar os mais elementares direitos aos trabalhadores”.

Considerando que “aqui, como em muitas outras situações, a equidistância não é sinal de força, mas de fraqueza; é uma afirmação de ambiguidade onde se exigiria clareza; é um estar de fora onde se impõe a colaboração de pleno direito e em igualdade de circunstâncias na definição de políticas, de propostas e de projetos que reforcem a classe operária”, Avelãs conclui: “O reforço da CSI, parceiro nas negociações com as maiores instituições políticas e económicas do mundo atual, é de vital interesse para os trabalhadores: os trabalhadores portugueses perdem com a não filiação da CGTP-IN” ■

Conferência Sindical Internacional

Múltiplas experiências de uma crise global



Setenta e nove centrais sindicais de cerca de 50 países de todos os continentes, envolvendo mais de uma centena de sindicalistas, participaram na Conferência Sindical Internacional que antecedeu os trabalhos do Congresso com o tema “A crise internacional – impactos no emprego e nos direitos laborais e sociais – resposta sindical”.

Um conjunto de intervenções e contributos de grande riqueza e diversidade de que aqui daremos uma muito breve nota.

A abertura da Conferência esteve a cargo de Graciete Cruz, da Comissão Executiva da CGTP-IN, seguindo-se as intervenções de Manuel Carvalho da Silva e de Jorge Leite, professor da Universidade de Coimbra. Na segunda parte dos trabalhos intervieram também, da direção da CGTP, Carlos Trindade e Arménio Carlos.

No amplo conjunto de organizações sindicais é de destacar a presença da CES – Confederação Europeia de Sindicatos, representada pela sua Secretária-Geral, Bernardette Ségol, das duas centrais sindicais mundiais, CSI – Confederação Sindical Internacional, representada pelo Secretário-geral Adjunto Jaap Winen e FSM – Federação Sindical Mundial, também representada pelo Secretário-geral Adjunto Valentin Pacho, bem como da CISA – Confederação Internacional dos Sindicatos árabes, representada pelo Secretário-Geral, Rajab Maatouk. De destacar, ainda, a participação de George Dassis, Presidente do Grupo de Trabalhadores do Conselho Económico e Social da União Europeia.

Desafios que se colocam aos sindicatos europeus

A crise e, em particular, a crise na Europa, estiveram naturalmente no centro das intervenções e debates.

Partindo de três contradições de fundo – um

sistema que é gerador de exclusão; a contínua degradação das relações homem, natureza, sociedade; a contradição capital/trabalho – Carvalho da Silva abordou a realidade europeia de hoje, bem diversa do projeto europeu inicial, e os desafios que ela coloca ao movimento sindical.

Neste contexto defendeu quatro direções de trabalho: uma organização sindical com base nos locais de trabalho, a defesa da contratação coletiva, capacidade de iniciativa reivindicativa e proponente, ação mobilizadora e luta de massas.

“Esta é uma luta de toda a sociedade”. Com base nesta ideia, Jorge Leite considerou que é nos tempos de crise que se mede o sentido de humanidade da nossa sociedade e que a realidade de hoje é marcada pela desumanidade. Vivemos num mundo desequilibrado em que se impõe lutar pela necessária justiça social.

De algum modo ilustrando estas linhas gerais, sucederam-se exemplos muito concretos de expressão da crise e do necessário articular de formas de luta.

Antes do mais, o da Grécia, “laboratório das receitas neoliberais mais agressivas”, com cortes salariais entre os 10 e os 40%, dismantelamento de acordos coletivos, aumento brutal do desemprego (calcula-se que o desemprego real seja da ordem dos 22%), crescimento da pobreza e das taxas de suicídio.

“A economia produtiva não tem nada a ver com a economia financeira”, lembrou um dos sindicalistas de Espanha, que defendeu a implementação de um imposto sobre as transações financeiras, a eliminação dos paraísos fiscais e o necessário reforço da OIT, como uma das formas de defesa dos trabalhadores. A unidade do movimento sindical contra o ataque intolerável do capital, a necessidade de construir um modo próprio de agir, foram ideias avançadas por representantes do sindicalismo italiano. A CGT francesa frisou que a crise atual não é um acidente de percurso. É alimentada pelo aumento da desigualdade entre remuneração do trabalho e remuneração do capital. E afirma-se como oportunidade e instrumento para “matar a Europa social”.

O caso da Bélgica é particularmente sugestivo. Um ano e meio sem governo, sem me-

didadas de austeridade, permitiu um melhor funcionamento da economia. Com um novo governo empossado, a situação do país agravou-se. No dia 27 de janeiro teve lugar uma greve geral contra as políticas recessivas.

Olhares e experiências de outros continentes

Porque internacional, a crise marca de forma diversa a realidade de países dos vários continentes.

Da Índia vem o exemplo concreto de uma economia emergente. Mas “a questão é: quem é que está a emergir?” Num país em que 70% da população depende da agricultura, mais de 200 mil agricultores suicidaram-se, entre 2008 e 2010, na indústria as leis laborais são ignoradas e, face à quebra de poder de compra, os capitalistas procuram novos mercados em África e na América Latina.

“O ataque à Europa é um ataque ao mundo” e é preciso dar uma “resposta global ao capital financeiro”, defende a CUT do Brasil. Na procura de unidade e de respostas, afirma-se a necessidade de projetos alternativos, em que a valorização do Fórum Social Mundial poderá desempenhar o seu papel.

A CGT da Tunísia – um país com 3 mil anos e que “inaugurou a primavera árabe” – traz a experiência de “um movimento social e de cidadãos – com jovens formados e desempregados – que derrubaram uma ditadura” e que, um ano volvido, entre significativas conquistas no plano político e uma taxa de desemprego crescente, se encontra “numa situação muito difícil”. Neste momento, o que está em causa é defender direitos sociais e dos trabalhadores, salvaguardar o projeto de liberdade da mulher (a luta pela libertação da mulher e o movimento sindical são duas grandes forças sociais), manter o caráter civil do Estado, preservar a unidade sindical na diversidade.

Da Tunísia ficou também um alerta, que sublinha o caráter internacional do movimento sindical e do combate à crise: a necessidade de trabalho colaborativo, quer envolvendo a bacia do Mediterrâneo, quer outros países, como a África do Sul. E, naturalmente, outros continentes. ■



A bem da nação, contra os trabalhadores, como se os trabalhadores não fizessem parte da nação...

Departamento do Ensino Particular
e Cooperativo e IPSS's

O Acordo celebrado entre o Governo, as Confederações patronais e a UGT constitui o maior atentado aos direitos dos trabalhadores e um retrocesso social sem precedente nas relações de trabalho em Portugal.

Este Acordo pretende:

- Apostar nos bancos de horas individuais e grupais, para pôr os trabalhadores a receber menos;
- reduzir em 50% o pagamento de horas de trabalho suplementar e eliminar com caráter imperativo o descanso compensatório;
- eliminar, com caráter imperativo, relativamente a convenções coletivas ou a contratos individuais de trabalho, o descanso semanal complementar (sábado, por norma)
- obrigar os trabalhadores a trabalhar gratuitamente em 3 ou 4 feriados e 3 dias de férias;
- dar a possibilidade à entidade patronal de gerir os dias de férias dos trabalhadores, nas pontes, de acordo com os interesses e objetivos das empresas;
- que seja o empregador a decidir unilateralmente em caso de redução ou suspensão da laboração em situação de crise empresarial (Lay-off), ou seja, não precisa do acordo dos trabalhadores ou seus representantes;
- garantir ao empregador a possibilidade de poder fixar um critério “relevante e não discriminatório” que lhe permita selecionar o trabalhador a despedir na situação de extinção do posto de trabalho;
- eliminar a obrigação da colocação do trabalhador em posto compatível, em caso de despedimento por inadaptação;
- alterar o regime jurídico das compensações por despedimento, exceto para os contratos celebrados até 1 de novembro de 2011. Para estes casos, se a compensação for igual ou superior ao limite de 12 retribuições, o trabalhador recebe o valor equivalente aos



anos de serviço, mas não acumulará qualquer compensação pelo tempo de trabalho que haja prestado a partir da entrada em vigor destas alterações; nos restantes casos, o limite é o de 12 retribuições.

- reduzir o valor do subsídio de desemprego;
 - atacar a contratação coletiva, procurando substituí-la pelas relações individuais de trabalho;
 - determinar que certas matérias (mobilidade geográfica e funcional, organização do tempo de trabalho e retribuição), nos contratos coletivos, possam ser reguladas por estruturas representativas dos trabalhadores, incluindo as comissões de trabalhadores e as comissões sindicais;
 - delegar poderes para contratar convenções coletivas de trabalho, por parte da associação sindical, nas estruturas de representação coletiva de trabalhadores nas empresas com pelo menos 150 trabalhadores (atualmente 500 trabalhadores);
 - subverter o papel da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho), pondo-a a servir os objetivos das empresas, em vez de assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.
- Contudo, este Acordo não é lei pelo que

a sua aplicação está muito longe de poder fazer-se. Antes de ser aplicado terá de passar por processos legislativos em que vamos ter oportunidade de intervir, quer antes, quer durante os períodos de discussão pública a que os mesmos serão obrigatoriamente submetidos.

Assim, temos de nos preparar, para que unidos possamos resistir à eventualidade de aplicação destas medidas, quando as empresas as tentarem impor ilegalmente e mesmo que no futuro venham a ser consagradas em lei tendo em conta a sua natureza patentemente injusta.

Só a luta pode impedir a sua aplicação total ou parcialmente, por isso a nossa presença na grande Manifestação Nacional de 11 de fevereiro, em Lisboa, promovida pela CGTP-IN, de forma a exprimirmos todos os descontentamentos, protestos e indignações, contra a exploração, as desigualdades e o empobrecimento.

Com determinação e confiança vamos prosseguir a luta com todas as nossas forças contra o acordo de agressão aos trabalhadores e às suas famílias, exigir uma nova política que valorize os trabalhadores, dignifique a condição humana e promova o desenvolvimento económico e social do país. ■

E o que é que isto interessa às professoras?

CIMH/SPGL

Comissão da Igualdade entre Mulheres e Homens

Num período de profunda crise social agravada diariamente com medidas “explicadas” e justificadas por imposições externas, rapidamente aceites e impostas por um governo reverente e cúmplice, a resistência terá de ser assumida por quem inexplicavelmente vê o cutelo da austeridade e da prepotência cair sobre a sua cabeça.

Os movimentos sociais, os sindicatos, as associações e organizações de diversa índole têm nesta matéria que ter um papel muito importante, indicando caminhos, organizando, apoiando nessa resistência. A história está aí para nos recordar que nada está seguro, que há o risco de retrocessos ainda há poucos meses inimagináveis; basta ver que hoje em dia nos querem fazer crer que os direitos alcançados são privilégios de que temos que abdicar, a tal história de que temos andado a viver acima das nossas possibilidades.

Num setor profundamente feminizado como é o professorado, os sindicatos devem estar muito sensibilizados para a influência das mudanças socioeconómicas em tempo de crise nas alterações nas relações de género, fundamentalmente a nível de trabalho e emprego, com a maior feminização da precariedade e fragilização dos direitos sociais, não esquecendo os sentimentos de insegurança, medo do futuro, depressão, isolamento e desesperança que levam à desmobilização das mulheres pela luta pelos direitos sociais, de igualdade e de democracia.

A luta sindical precisa de ter uma dimensão abrangente que, incidindo

sobre as condições de trabalho na escola possa ter reflexos fora do espaço da escola, ou seja, na qualidade de vida dos/das trabalhadores/as que defende. Sabemos como o tempo é precioso e escasso e como ele é gerido de forma assimétrica em termos de género, sendo que o desequilíbrio na assunção das tarefas do cuidado irá inevitavelmente aprofundar-se e ter efeitos perversos na vida das mulheres devido aos cortes na despesa pública, com o encerramento de serviços de apoio a crianças, idosos e pessoas dependentes.

Em tempos de crise, há o risco da secundarização e mesmo do apagamento dos problemas inerentes à singularidade da situação das mulheres, a nível laboral, familiar, social, atirados para o fim da lista das prioridades das agendas políticas. No ataque aos direitos laborais, o agravamento das desigualdades e o retrocesso nos direitos conquistados, nomeadamente na vivência da maternidade e da paternidade devem estar na primeira linha das nossas preocupações.

Convém recordar os bons exemplos que nos sirvam de inspiração e que nos levem a não baixar os braços. Trata-se do caso de uma professora a exercer funções num estabelecimento do ensino particular a quem estava a ser negado o direito à dispensa para amamentação. Tendo recorrido ao apoio do SPGL, o nosso sindicato encaminhou o processo para a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Empre-

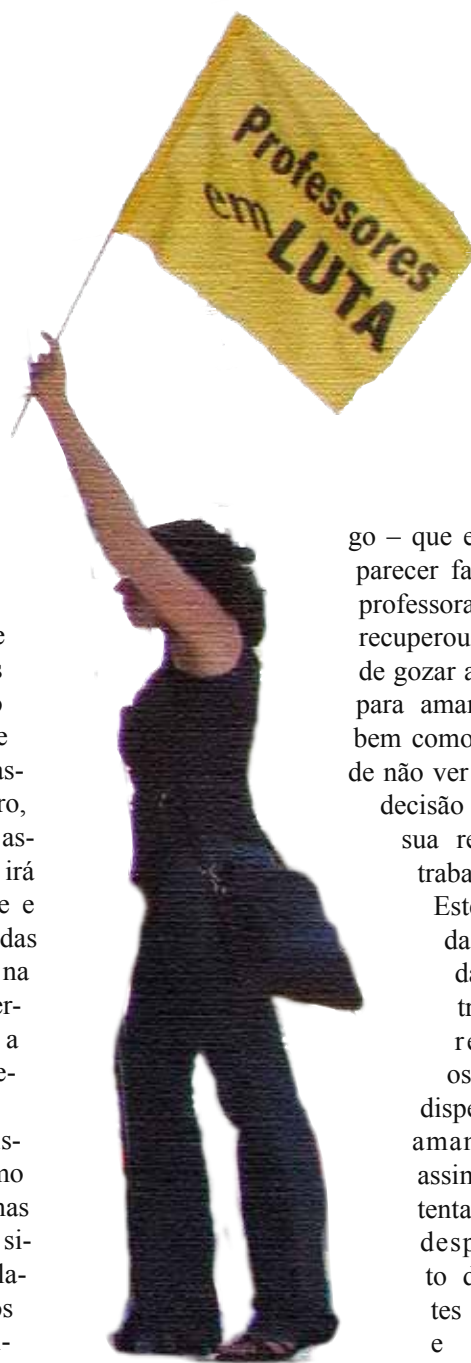
go – que emitiu um parecer favorável à professora, a qual recuperou o direito de gozar a dispensa para amamentação, bem como o direito de não ver com essa decisão afetada a sua relação de trabalho.

Este abuso das entidades patronais de restringir os direitos à dispensa para amamentação assim como tentativas de despedimento de docentes grávidas e lactantes está a crescer. Trata-se de

abuso e a resposta não pode deixar de

ser dada e acompanhada pelo contundente dos sindicatos.

Por fim, recordar o recente XII Congresso da CGTP que, entre vários objetivos de ação e luta para os próximos quatro anos, inscreveu a Igualdade de Género nos seus objetivos centrais. Este objetivo deverá ser assumido pelos sindicatos, mas também por todos/as nós no seu dia a dia e na sua prática de resistência a um poder que está a desmoronar o edifício democrático construído desde o 25 de Abril de 1974. ■



DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS

“Ser reformado não é defeito, exigimos mais respeito”

Reformados e pensionistas protestam em Lisboa



No passado dia 10 de dezembro os aposentados, reformados e pensionistas concentraram-se na Praça do Comércio, seguindo depois em desfile até à Praça da Figueira para participar na manifestação nacional promovida pela CGTP e pela Confederação Nacional dos Reformados (MURPI).

Ali estiveram algumas dezenas de professores, vindos de vários pontos do país, exprimindo o seu protesto pelo roubo nos subsídios e a sua solidariedade com todos os reformados e principalmente com aqueles que com reformas de 200 e 300 euros têm de sobreviver apesar do aumento dos bens alimentares, da habitação, dos transportes e da saúde.

“O roubo na pensão não é solução”, “Não ao roubo dos salários e pensões” e “Ser reformado não é defeito, exigimos mais respeito” eram algumas das palavras entoadas pelos manifestantes, que seguravam bandeiras negras e cartazes a contestar os cortes na saúde e nos transportes públicos.

É hora de lutarmos, também nós, docentes aposentados/as!

Temos de ir à luta porque, ao contrário do que alguns dizem, as alternativas existem. Temos de lutar pela sua concretização porque o que

pretende o poder político e os interesses que ele serve não é o que nós pretendemos e o que serve aos trabalhadores, estejam eles no ativo ou já aposentados. O rumo que está a ser seguido não é o que serve a Portugal. É necessário lutarmos por uma inversão forte no caminho há muito prosseguido e muito agravado agora pelo atual governo, que, notoriamente, se orienta para o dismantelamento do Estado Social de que a educação, a se-

gurança e o direito à saúde universal, gratuita e solidária, são os principais pilares.

Temos de lutar por medidas que garantam a sustentabilidade do sistema público de Segurança Social e, no nosso caso particular, da Caixa Geral de Aposentações.

Defenderemos sempre um Portugal socialmente justo, solidário, com futuro e que respeite os que, ao longo de décadas, deram o seu melhor ao país. ■

Professores aposentados reclamaram juridicamente do roubo de metade do seu subsídio de natal

Os funcionários públicos, os aposentados e pensionistas foram brindados com um corte significativo do seu subsídio de Natal e a promessa do “roubo” da totalidade dos subsídios (13º mês e subsídio de Natal), em 2012.

É um autêntico saque institucionalmente organizado que não poderá merecer a nossa cumplicidade, ainda que por omissão.

O SPGL e a FENPROF, na defesa intransigente dos direitos e interesses dos docentes que representa, continuarão a lutar contra estes atos de verdadeiro terrorismo social, quer organizando e levando por diante a luta na rua contra estas políticas e os que as impõem, quer recorrendo a outros meios, designadamente jurídicos.

Assim, um número significativo de

professores(as) aposentados(as) entregaram, nas várias Repartições de Finanças do país, reclamações contra o corte feito pelo Governo no seu subsídio de Natal.

Esta é mais uma medida do governo que penaliza os de sempre, os trabalhadores por conta de outrem, os aposentados e os pensionistas, criando uma discriminação intolerável que põe em causa, entre outros, o princípio da igualdade expresso na CRP (Artigo 13º).

Temos conhecimento de que alguns sócios já receberam resposta à reclamação apresentada. No caso de indeferimento, o sócio deverá dirigir-se ao Serviço de apoio a sócios do SPGL, com vista a eventual impugnação administrativa. ■



Francisco Santos
Delegado Sindical e membro do
Conselho Geral

2012 – Agudizar da “crise”, SPGL e sindicalismo docente

2012 coloca a todos os trabalhadores portugueses um conjunto de desafios e perplexidades cuja superação vai exigir muito empenho, resiliência, solidariedade e, sobretudo, unidade, tanto na identificação dos problemas, como na ação que permita minimizá-los, sempre que não seja possível resolvê-los. É por demais evidente que as contradições entre os interesses do capital e os direitos do trabalho continuarão a agudizar-se, estando hoje bastante claro que o governo da coligação PSD/CDS está empenhado em desvalorizar o fator trabalho para níveis insuportáveis de miséria e degradação das condições de vida dos portugueses mais desfavorecidos. Ao mesmo tempo assistimos a uma capitulação completamente absurda em relação aos ditames do capital, tanto internacional, como nacional. Perante isto o PS, que a comunicação social domesticada e submissa apresenta como “a oposição”, vai-se abstenendo de agir no presente, sonhando com o acesso a S. Bento em 2015 e satisfazendo-se com a redistribuição de algumas migalhas até lá. Em simultâneo, a voz dos restantes partidos da oposição é silenciada, vilipendiada e distorcida, evitando que o povo seja informado sobre as alternativas que existem para superar a atual situação.

Este quadro geral tem também contornos de extrema gravidade no plano da escola pública e dos direitos de quem lá trabalha. O ataque à escola democrática, inclusiva e tendencialmente gratuita para todos, inscrita na CRP e na LBSE, atingiu proporções inimagináveis ainda há meia dúzia de anos atrás. Depois dos seis anos de ignomínia contra os professores portugueses perpetrada pelos governos de José Sócrates, assistimos agora à defesa clara de uma escola dual, em que o apoio e incentivo ao negócio privado permitirá assegurar o liceu das elites, ao mesmo tempo que à escola pública ficará cometida a tarefa de ensinar a ler, escrever, contar e papaguear mais algumas utilidades, assegurando a formação do capital humano indispensável ao modo de produção capitalista. É neste contexto que os professores vão ter que trabalhar em 2012. É neste contexto de grande dificuldade que os professores, cuja consciência política impele a manter vivo um sindicalismo docente exigente, combativo, determinado e de classe, vão ter que atuar. É neste contexto que o sindicalismo docente vai ter que superar algumas das suas contradições, quiçá algumas divisões, e construir espaços de grande unidade e simbiose com os professores que diariamente, nas suas escolas, evitam

o esvaziamento dos ideais da escola republicana e de Abril para todos. Não fossem estas dificuldades suficientes, 2012 é também ano eleitoral para o SPGL.

Nos dois últimos triénios as divergências programáticas, que refletem abordagens político-sindicais divergentes entre grupos de sócios do sindicato, determinaram a existência de candidaturas concorrentes aos órgãos sociais.

Apesar disso as condições objetivas, determinadas pelo violento ataque que a ministra Maria de Lurdes Rodrigues iniciou contra os sindicatos docentes em geral, e contra a FENPROF em particular, acabaram por propiciar uma aproximação entre os membros dessas candidaturas adversárias, forjando as condições para uma unidade na ação que é imprescindível para combater as políticas da direita que pretendem o regresso à escola elitista de antes de Abril.

Neste início de ano, quando estamos a poucos meses de novo ato eleitoral para os órgãos sociais do SPGL, fica uma interrogação: será possível, a partir dessa unidade na ação, construir novas linhas programáticas que fortaleçam o SPGL e nos permitam combater as políticas educativas de Nuno Crato/ Passos Coelho? Não tenhamos dúvida nenhuma de que o ataque ao sindicalismo vai

continuar. Não tenhamos dúvida nenhuma de que a desvalorização da ação da FENPROF e dos sindicatos que a constituem, iniciada no consulado de Maria de Lurdes Rodrigues, vai continuar. E para esse combate temos que poder contar com todas as nossas forças, mas também com o apoio firme dos nossos colegas não sindicalizados. Precisamos desse apoio nas lutas que vamos ter de travar, mas também para, através dele, elevarmos a sua consciência política e sindical.

Só que, não tenhamos ilusões, a elevação da consciência política e sindical dos professores e o apoio destes às propostas sindicais mais consequentes e combativas não nasce de geração espontânea. Vai exigir-nos muito trabalho. Vai exigir um regresso do SPGL às escolas, retomando os princípios de um sindicalismo de classe que estiveram na sua génese e que remontam aos tempos dos Grupos de Estudos de antes do 25 de Abril.

Para isso precisamos de maior apoio e valorização da intervenção de cada sócio na sua escola, promovendo a adesão de novos sócios e dinamizando os núcleos sindicais. Precisamos de agilizar procedimentos que promovam o papel dos delegados sindicais, facilitem a sua eleição e voltem a dar ao delegado sindical a dignidade de representar a voz dos seus colegas junto do sindicato.

Resumindo: num contexto profundamente negativo e de retrocesso dos direitos dos professores, o SPGL precisa de regressar às suas origens e voltar a ser “o” sindicato dos professores que já foi e não o sindicato dos dirigentes, que é a forma como hoje é

percecionado nas escolas, tanto por parte de professores sindicalizados, como por parte dos não sindicalizados. Sob pena de continuarmos a caminhar para a irrelevância sindical absoluta. Tal desiderato só pode ser alcançado com um

esforço genuíno de todos – dirigentes e delegados sindicais – no sentido de aumentar o número de sindicalizações ou, no mínimo, estancar a des-sindicalização de muitos professores, descontentes com a falta de presença do sindicato nas escolas. Pre-

sença nas escolas que só pode ser garantida com o reforço da ação e do apoio aos delegados sindicais que estão no terreno e com um forte incentivo a que mais sócios se disponham a assumir essa função nas suas escolas. ■



Susana Farinha
Mãe e Pedopsiquiatra

A importância do movimento no pré-escolar

Comecei a escrever este comentário na semana em que saía na revista *Time* um artigo intitulado: “A razão do recreio. Crianças que são mais activas fisicamente têm melhor performance académica”. De facto o movimento é muito importante para o desenvolvimento harmonioso da criança, não apenas na perspetiva do desenvolvimento físico mas também mental, cognitivo e social. No período de ensino pré-escolar (3-5 anos), o movimento desempenha um papel tão fundamental em toda a expressão da vida infantil que negá-lo é contrariar a natureza da própria criança. O movimento traz consigo experiências sensoriais, controle da atividade motora e limite corporal, aprendizagem e vivência das regras da socialização, e como consequência ativação de áreas cerebrais que facilitam a

aprendizagem de conteúdos escolares futuros. Se olharmos a realidade das nossas crianças, percebemos que as oportunidades para o movimento estão largamente comprometidas. As áreas das casas são pequenas, os hábitos de brincadeira na rua de outros tempos extinguiram-se, as infra-estruturas da comunidade ainda são muito insuficientes e apenas destinadas a passeios de fim de semana e não como uma prática diária. A “corrida” contra o tempo das famílias, o apelo das novas tecnologias visuais, o tempo cada vez maior em que as crianças estão sozinhas, realmente ou emocionalmente, faz do movimento, enquanto fenómeno exploratório, de aprendizagem, de comunicação um momento cada vez mais raro. A realidade diz-nos que a obesidade infantil em Portugal, entre os 3 e 4 anos de idade em 2001, foi de 21,8%. As Educa-

doras referem que cada vez mais meninos chegam ao Jardim de Infância com um empobrecimento de experiências pregressas que as estimulem, constituindo as áreas da linguagem e da psicomotricidade (global e fina) campos de intervenção prioritários. Mais tarde a violência na escola, a inquietude na sala de aula e a dificuldade de controlo corporal, o deficit de atenção, dificuldade de integração de regras e condutas de cidadania e tudo isto poderia ser minorada com estratégias de intervenção precoce, nomeadamente no domínio da educação pelo movimento. É neste contexto que defendo que o movimento é um meio e oportunidade excelentes para educar, estimular, intervir nas diferentes áreas do desenvolvimento da criança no ensino pré-escolar. Concorre que, atividades desenvolvidas num contexto de movimento, são

grandemente apreciadas por crianças desta faixa etária contribuindo para uma tonalidade afetiva positiva no seu sentir de “estar na escola”. Já que a criança, infelizmente, pelas dinâmicas familiares atuais, passa cada vez mais tempo na escola, que se tire mais partido desta técnica pedagógica para ir ao encontro das suas necessidades individuais. “*Há, pois na infância, uma fase em que o movimento representa tudo... não há, para a infância lições mais proveitosas que as da sua própria experiência. E pela vida fora, nos primeiros contactos com o exterior, nas primeiras manifestações da vida de relação, como na escola, no trabalho, na luta contra os elementos naturais, o movimento, a acção são sempre a base de toda a actividade mental. O movimento é a própria vida.*” In vida, pensamento e Obra de João dos Santos. ■

Conferência internacional sobre imigração Negar alternativas é negar a democracia

A importância do trabalho – “fio condutor da vida da generalidade dos migrantes”, nas palavras de Carlos Trindade –, a valorização do contributo dos imigrantes, o papel decisivo da solidariedade, foram tónicas na Conferência Internacional sobre imigração, promovida pela CGTP-IN, dia 16 de dezembro se 2011, em Lisboa. Aqui fica um muito breve apontamento sobre os trabalhos desta conferência.



Encontrar “respostas concretas a problemas humanos”, em contramão com a lógica atualmente prevalecente em que o acento “é sempre tecnológico”, foi a ideia-mestra que percorreu toda a intervenção de Carvalho da Silva, que sublinhou que o caminho será “insistir sempre”, mobilizar, cooperar. O secretário-geral da CGTP denunciou as políticas deliberadas de empobrecimento e eliminação de direitos – receitas já antes experimentadas, nomeadamente na América Latina, com resultados desastrosos – e lembrou que “negar alternativas é negar a democracia”. Neste quadro são maiores as pressões sobre os trabalhadores imigrantes, impondo-se, assim, um bom trabalho de informação, de divulgação de direitos – contra a quotidiana campanha de desinformação. É neste quadro de crise e de ataque a direitos humanos fundamentais que se desenvolveram os debates em torno dos temas dos diferentes painéis: *Visões globais sobre a imigração*;

Perspectivas e práticas sindicais internacionais; A imigração e o trabalho: perspectivas e desafios.

Um “laboratório social”

“Hoje, Portugal é um *laboratório social* dos movimentos migratórios – possui cerca de 5% de imigrantes mas continuam a sair anualmente dezenas de milhares de portugueses para a emigração”, diz-se em Editorial da publicação “Integrar”, uma das atividades previstas no projeto da CGTP “Imigração – informar e formar para melhor integrar”. Esta realidade – Portugal é um país acolhedor desde o 25 de Abril de 1974 – envolve um desafio, como foi afirmado por Duarte Miranda Mendes, do ACIDI: compreender e valorizar as diferenças e a diversidade. E em particular – como é aposta explícita da CGTP – informar e esclarecer. Não apenas sobre direitos e discriminação. Mas também simplesmente divulgando factos: por exemplo, o contributo atual (2010) dos imigrantes correspon-

de a um saldo positivo de 316 milhões de euros.

No plano sindical é preocupação essencial o facto de estarem a ser criadas “situações gravíssimas”, potenciadoras, como referiu Carlos Trindade, de racismo e xenofobia.

Impõe-se assim – como forma de barrar o caminho a tais situações – uma luta sustentada pela igualdade e contra a discriminação. O que envolve, nomeadamente, o estabelecimento de protocolos entre sindicatos de vários países, criar redes entre países de origem e de acolhimento contra as práticas de empresas mafiosas. E trabalhar em comum. Porque os imigrantes devem ser “cidadãos como todos nós”. Quando o patronato tenta aproveitar o fluxo migratório para rebaixar as condições de trabalho e vida dos trabalhadores, a resposta terá que ser múltipla. Uma aposta na solidariedade, na igualdade, na coesão social, na regularização dos imigrantes, na sua inclusão harmoniosa dentro dos princípios da interculturalidade. ■

Morreram Libéria Soares e Liseta Barbosa

Com intervalo de poucos dias faleceram duas dirigentes do SPGL.

Em 27 de janeiro faleceu LIBÉRIA SOARES, professora na Escola Secundária Romeu Correia do Feijó e dirigente do SPGL eleita para o mandato 2009-2012.

No dia 4 de fevereiro faleceu LISETA BARBOSA, professora na Escola Básica 1 de Setúbal e eleita como membro da Direção do SPGL para o mandato 2009-2012.

O SPGL sublinha o trabalho por ambas desenvolvido em prol dos professores e da escola pública e apresenta condolências aos seus familiares.

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
Sócios

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direccao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
•Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 24333627
E-Mail: santarem@spgl.pt
•Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

6º Curso de Continuação à iniciação informática



1 – OBJETIVOS

1.1 - OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos desta ação de formação vêm ao encontro da necessidade de uma alfabetização Informática, inclusão tecnológica e social da faixa etária adulta/avançada.

Continuar a desenvolver competências de manuseamento do computador contemplando software de formatação de texto (Word2003), software de música e vídeo (Windows Media Player) browsers de internet (internet Explorer 7), e-mail (Gmail), redes sociais (Facebook), blog (Blogger), uso de ferramentas de armazenamento externo (pen), alojamento de imagens (Picasa).

1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Na ótica do utilizador, o formando deverá:

- Diferenciar programas e documentos;
- Reconhecer e aplicar as potencia-

lidades fundamentais dos softwares Word, Internet Explorer, Gmail e Windows Media Player;

- Identificar e explorar contas interativas do Facebook, Blogger e Picasa;
- Manusear ferramentas de armazenamento externo, i.e.: Pen

2 - DESTINATÁRIOS

Esta formação destina-se a docentes aposentados ou no ativo com domínio técnico primário na área de informática.

3 – DURAÇÃO – 30h

A ação decorrerá ao longo de 10 sessões de 3h cada, perfazendo um total de 30h de formação.

4 - ORGANIZAÇÃO:

4.1 – LOCAL

A formação ocorrerá na Sala de For-

mação do Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), R. Fialho de Almeida 3

4.2 – DATAS

Terá início no dia 6 de março e término no dia 12 de abril, às terças e quintas-feiras.

março - 6, 8, 13, 15, 20, 22, 27, 29
abril - 10, 12

4.3 - HORÁRIO

Das 14h30 às 17h30

5 – CUSTOS

Sócios - 25 €uros

Não sócios - 85 €uros

6- INSCRIÇÕES ATÉ 29 de fevereiro (limite 18 Formandos)

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Ficha de Inscrição

6º Curso de Continuação à iniciação informática

Nome: _____ NºSócio: _____

Morada: _____ Tel: _____

Telm: _____ Email: _____

Pagamento: Cheque nº _____ Do Banco _____ No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respetivo cheque, deverá ser enviada até 29 de fevereiro, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL.

Nota 2: Para a frequência do curso apenas serão informados os professores selecionados.

Nota 3: Contactos: Comissão Coordenadora do Departamento de Professores e Educadores Aposentados - Margarida 936362412

Um sindicato é uma criação coletiva. De todos.



Como todas as organizações sociais, há momentos político-sociais em que é mais fácil ganhar os trabalhadores para a causa sindical e outros em que tal se torna mais difícil. Os professores e educadores não são exceção.

Atravessamos um momento difícil. A geração que fundou o SPGL aproxima-se do momento da aposentação e a conquista dos docentes mais novos para a vida sindical enfrenta as dificuldades resultantes da situação de instabilidade e precariedade laborais que lhes são impostas. Além do mais, num momento de profundo retrocesso social, económico e cívico, os sindicatos são confrontados com medidas antilaborais que nem sempre conseguem evitar. Espaços tenazes de resistência, de defesa de direitos, mas também do seu alargamento, os sindicatos enfrentam hoje dificuldades, a menor das quais não será a diminuição, mesmo que lenta, do número de sócios.

Sindicalizar os docentes é tarefa de todos os que têm plena consciência de que o movimento sindical é a barreira mais forte contra os ataques aos direitos laborais e de cidadania atualmente em curso. Sindicalizar é tarefa de todos. De si também.

O SPGL lançou uma campanha de sindicalização. Pretendemos renovar-nos; precisamos de gente nova que dê ao sindicato o dinamismo que os tempos difíceis exigem. Precisamos de nos fortalecer. Esteja atento às várias iniciativas que nos tempos mais próximos vamos lançar.

Assuma a sindicalização no SPGL dos seus colegas de escola/jardim de infância como uma tarefa ao serviço do futuro da democracia. Um sindicato é uma criação de todos os que acreditam nos valores democráticos, na solidariedade e no progresso social. ■



O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) tem a sua origem nos Grupos de Estudos dos Professores Provisórios do Ensino Secundário, mais tarde Grupo de Estudos e finalmente, depois do 25 de Abril, no Sindicato dos Professores. Foi fundado a 2 de maio de 1974, após um histórico plenário que se iniciou na Escola Preparatória Manuel da Maia e que, devido ao elevado número de participantes, terminou no Pavilhão dos Desportos.

É o mais antigo e maior sindicato de professores do país e agrega cerca de 20 000 educadores e professores de todos os graus e ciclos de ensino, exercendo funções educativas, de técnicos de educação e de outros trabalhadores com funções pedagógicas ou de investigação do privado e do público. Abrange os distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém e parte do distrito de Leiria.

É membro fundador da FENPROF (Federação Nacional de Professores), da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e, desde 2002, integra a CGTP-IN.

O SPGL fundamenta a sua ação sobre os princípios da liberdade, da democracia, da independência, da unidade, do sindicalismo de massas e de uma conceção ampla do sindicalismo docente. ■

Cinema

às Quintas no SPGL

Terra Fria

Direção: Niki Caro

Sinopse: Nos anos 70, Josie Aimes foge do marido para trabalhar numa mina na sua terra natal. Só que ela e as suas colegas começam a ser molestadas pelos homens no local de trabalho, o que a leva a mover o primeiro processo por assédio sexual dos EUA.

Baseado numa história real, o filme *Terra Fria* narra o drama de Josey Aimes, uma mulher que tem a ousadia de abandonar o marido que a espancava para procurar um emprego e sustentar sozinha os seus dois filhos. Para isso, ela resolve trabalhar numa mina de ferro no interior do estado de Minnesota, nos EUA.

No filme, a opressão, a exploração e a violência contra as mulheres estão presentes no local de trabalho, nas ruas, nos bares, nas escolas e dentro de suas próprias casas. Josey confronta-se com a incompreensão do filho, que ouve nas ruas e na escola os comentários preconceituosos sobre a mãe. Enfrenta o pai, o silêncio da mãe, a violência do marido, o medo das próprias trabalhadoras de perder o emprego por aderirem à ação coletiva.

Data de exibição do filme

23/02/2012 . 17H30

Sede do SPGL

O filme será seguido de jantar (14€uros). Para se inscreverem contactem M^a Helena Gonçalves 917847722

E S P A C O

António
Borges
Coelho



FOTOS: Felizarda Barradas



● SPGL HOMENAGEIA MANUEL DA FONSECA



Desde o dia 23 de janeiro (até 15 de fevereiro) pode ser vista no espaço António Borges Coelho (na sede do SPGL) uma exposição de desenho sobre o poema "*Os olhos do poeta*" de Manuel da Fonseca. Exposição coletiva de 20 autores, da responsabilidade do *Projeto Cultural + 5*, ela pretende ser uma homenagem ao escritor Manuel da Fonseca, de cujo nascimento se comemoraria este ano o centésimo aniversário. Na sessão de abertura foram lidos poemas e um conto de Manuel da Fonseca por Paulo Sucena e José Manuel Mendes. ■

● 27 de fevereiro, no Espaço António Borges Coelho

ALBERTO GORDILLO - JOALHARIA CONTEMPORÂNEA

É o título de uma exposição de trabalhos de joalheria de Alberto Gordillo que poderá ser apreciada no espaço António Borges Coelho a partir de 27 de fevereiro. Gordillo é um reputado joalheiro e escultor, nascido em Mora em 1943. É considerado o pioneiro da joalheria moderna portuguesa, o mais premiado e mencionado em publicações do ramo. Desde a sua primeira exposição de trabalhos em joalheria, em 1963, promoveu inúmeras outras exposições. Entre as suas obras destaca-se o colar-teia com 300 gramas de platina e 150 brilhantes, exibido na Bolsa dos Diamantes de Londres e exposto no Museu Nacional do Traje. exposição em cooperação com a Bienal Lisboa 94/Capital Europeia da Cultura.

Contamos com a sua visita! ■

Legislação

● Despacho 16188/2011

Constituição da comissão de avaliação e certificação prévia à adoção dos manuais escolares da área curricular, disciplina de geografia do 7º ano de escolaridade do 3º

ciclo.

● Desp. Normativo 14/2011

Altera o despacho normativo 1/2005.

● Lei 60-A/2011, 30/11

Procede à 2ª alteração à Lei do OE para 2011 aprovado pela Lei 55-A/2010.

● Resolução do Conselho

de Ministros

Determina a missão e as competências do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

● Despacho 16568/2011, 7/12

Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública

(Siadap).

● **Despacho 17169/2011, 23/12** Revoga o documento Currículo Nacional do Ensino Básico – competências essenciais.

● **Despacho 17376/2011, 27/12** Designa os membros do Conselho Nacional de Educação.

● **Lei 64-B/2011, 30/12** ■

Faltas Justificadas

- **Motivadas por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador**
- **Para deslocação à escola com vista a inteirar-se da situação educativa de filho menor**

De acordo com o artigo 86º, do ECD, à matéria referente a faltas do pessoal docente do ensino oficial, aplica-se a legislação em vigor na função pública, com as adaptações constantes nos artigos 94º a 103º do mesmo Estatuto.

O Regime Geral de faltas dos trabalhadores que exercem funções públicas encontra-se vertido nos artigos 184º e seguintes do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de setembro. (de ora em diante designado RCTFP)

De acordo com o referido regime, as faltas podem ser **justificadas** ou **injustificadas**, encontrando-se as primeiras taxativamente elencadas no artigo 185º, nº 2, do citado diploma legal.

Por me ter sido manifestado o interesse que existe na obtenção de esclarecimentos sobre o regime das faltas identificadas em epígrafe, reservei esta rubrica do “Consultório Jurídico” para o fazer. Contudo, a tarefa não se afigura fácil, no que respeita ao primeiro tipo de faltas, uma vez que a formulação legal adotada não permite efetuar interpretações totalmente inequívocas.

De facto, o nº 2 d) do citado artigo 185º, do RCTFP estabelece que constituem faltas justificadas “As motivadas por impossibilidade de prestar trabalho devido a facto que não seja imputável ao trabalhador nomeadamente doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais”. Como se pode constatar, o legislador enuncia estas faltas de forma exemplificativa e não taxativa ou seja, escolhe três exemplos para abrir caminho para o intérprete fazer a subsunção dos casos concretos ao conteúdo da norma. O que pode suceder é que nem sempre o intérprete é coincidente na interpretação que dela faz.

Numa primeira análise, os exemplos escolhidos parecem não oferecer grandes dúvidas interpretativas, pela própria natureza das situações enunciadas (doença e acidente). Contudo, as dúvidas que se colocam têm incidido, fundamentalmente, não só quanto ao alcance do último dos exemplos contemplados (cumprimento de obrigações legais), como relativamente à integração de algumas situações na “impossibilidade imputável ao trabalhador”. No que à primeira questão diz respeito, convirá dizer que a falta dada para cumprimento de uma obrigação legal é exclusivamente aquela que decorre de uma obrigação que é **imposta por Lei** ao trabalha-

dor. A doutrina e a jurisprudência têm entendido que, no leque de exemplificações práticas, serão de admitir, neste caso, nomeadamente os atos de recenseamento, de voto e a comparência em Juízo, como parte ou como testemunha. Contudo, e é bom insistir neste aspeto, estas situações consubstanciam meros exemplos que não esgotam o alcance permitido pela norma.

Quanto à dificuldade de integração de outras situações, que não as elencadas, na expressão vaga de faltas “por motivo imputável ao trabalhador”, ela decorre, fundamentalmente, do facto de o RCTFP, contrariamente ao que sucede com o DL nº 100/99, de 31 de março, não conter uma definição legal da mesma. Contudo, e tendo em conta que tal diploma legal ainda se encontra em vigor para os trabalhadores em funções públicas, vinculados por nomeação, entendo que não é forçado recorrer à definição que destas faltas é pelo mesmo dada para fazer a interpretação do nº 2 d) do artigo 185º em questão. Assim, e como resulta do artigo 70º, do citado DL nº 100/99, as faltas “por motivo não imputável ao trabalhador” serão as qualificadas como calamidade pública ou por outro facto que impossibilite o cumprimento do dever de assiduidade ou o dificulte em termos que afastem a sua exigibilidade, desde que tal facto não constitua fundamento de ausência, ao abrigo de outro preceito legal. O exemplo mais elucidativo que tem sido dado para integrar no âmbito destas faltas é o da greve nos transportes públicos. Contudo, também, neste caso, o alcance desta norma também não se esgota neste exemplo.

No que diz respeito ao segundo tipo de faltas justificadas a que se faz menção, em epígrafe, a sua referência nesta rubrica é meramente informativa já que muitos docentes têm manifestado desconhecimento sobre a sua previsão legal. Encontram-se previstas, no mesmo artigo 185º nº 2 do RCTFP, mas na sua alínea h) que as enuncia como “Ausências **não superiores a quatro horas** e só pelo tempo estritamente necessário, justificadas pelo responsável pela educação do menor, **uma vez por trimestre**, para deslocação à escola tendo em vista inteirar-se da situação educativa do menor”. (sublinhado da autora)

O regime da comunicação da prova e efeitos Das faltas justificadas encontra-se previsto respetivamente, nos artigos 189º, 190º e 191º do RCTFP, o qual não enuncio exclusivamente por razões de espaço. Por isso, para qualquer esclarecimento sobre a matéria deverão os docentes dirigir-se ao Serviço de apoio a sócios do SPGL. ■



ctt correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 877789

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE0003012GR-C
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

Vigília Contra Precariedade Desemprego

**Professores
e Educadores
Contratados
e Desempregados**

(início a 24 às 15.00h
termo às 12.00h de 25)
MEC – Av. 5 de Outubro



24
e
25
fev.



FENPROF
Federação Nacional
dos Professores